



FUNDO AMAZONIA

RELATÓRIO DE DESEMPENHO Nº 03

Projeto *Experiências indígenas de gestão territorial e ambiental no Acre*

Comissão Pró Índio do Acre

Período de Acompanhamento: 29/03/2020 a 31/12/2021

Data: 02/03/2022

APRESENTAÇÃO

Este é o **terceiro Relatório de desempenho do Projeto *Experiências indígenas de gestão territorial e ambiental no Acre***, referente ao período de 29 de março de 2020 a 31 de dezembro de 2021 (21 meses).

O Projeto, contratado no âmbito do Fundo Amazônia/BNDES - Chamada Pública para Implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas – PNGATI¹, é executado pela Comissão Pró Índio do Acre (CPI-Acre) em parceria com 8 (oito) associações de terras indígenas - Associação dos Kaxinawá do Rio Breu - AKARIB; Associação das Comunidades Indígenas Ashaninka da Terra Indígena do Rio Breu - AARIB; Associação dos Produtores Kaxinawá da Aldeia Paroá - APROKAP; Associação Comunitária Shanenawa da Morada Nova - ACOSMO; Associação dos Povos Indígenas Shanenawa da Aldeia Shanekaya - SHANEKAYA; Associação dos Criadores e Produtores Kaxinawá do Rio Carapanã - ASKPA; Associação dos Produtores e Agroextrativistas Huni Kuĩ do Caucho - APACH; Associação dos Seringueiros Kaxinawá do Rio Jordão - ASKARJ - e duas organizações de categoria indígena: Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre - AMAAIAC e Organização dos Professores Indígenas do Acre - OPIAC.

O objetivo geral do Projeto é apoiar a implementação dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) de 8 (oito) Terras Indígenas no Acre, onde vivem três povos indígenas: Kaxinawá (Huni Kuĩ), Asheninka e Shanenawá, promovendo a continuidade dos processos de formação e de atuação profissional de Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFIs). Com o protagonismo dos AAFIs e suas comunidades, visa especificamente, garantir ações de recuperação de áreas degradadas e a produção de alimentos saudáveis em bases agroecológicas, por meio da implantação e manejo de quintais e sistemas agroflorestais, cursos de formação, oficinas itinerantes e viagens de assessoria aos AAFIs. O Projeto prevê também o manejo de recursos hídricos (captação de água da chuva), ações em educação ambiental para o manejo de resíduos sólidos, a vigilância e fiscalização dos territórios e a articulação e formação de comunidades do entorno.

O presente documento e seus anexos registram as intervenções apoiadas, as atividades realizadas, resultados alcançados, desafios e o monitoramento dos impactos do Projeto entre 01 de abril de 2020 e 31 de dezembro de 2021, período que foi marcado pelo advento da pandemia do

¹ O Contrato de Concessão de Colaboração Financeira não Reembolsável nº 18.2.0086.1 foi firmado em 14 de junho de 2018, entre BDNES e CPI-ACRE (instituição executora). Tem prazo de execução de 42 meses e colaboração financeira não reembolsável no valor de R\$ 5.823.061,00 (cinco milhões, oitocentos e vinte e três mil e sessenta e um reais).

coronavírus. Os anos de 2020 e 2021 foram impactados por essa grave crise sanitária global, que colocou toda a sociedade brasileira em alerta permanente.

O primeiro trimestre da pandemia no Acre (março a maio de 2020) foi um período de aprendizado apenas inicial sobre comportamentos e reações diante da situação de extrema insegurança e risco de vida trazida pela doença. A CPI-Acre teve que agir rápido, para adaptar-se à crise e continuar atuando de acordo à missão institucional, mantendo os compromissos de trabalho e definindo em prazos emergenciais novas linhas de atuação, priorizando medidas para a proteção dos povos indígenas e da equipe. Foi necessário inovar com novas metodologias e ferramentas e as dificuldades no percurso não foram poucas, sobretudo pelo fato de a CPI-Acre não desenvolver uma ação direta na área de saúde.

Passados alguns meses que se aprendia sobre o vírus e que a ciência avançava rapidamente, a CPI-Acre foi remodelando sistematicamente sua forma de trabalhar, contando para isso com a compreensão dos doadores. Por outro lado, as incertezas perduravam, diante da ausência de um planejamento por parte do poder público que desse conta de ampliar testes, EPIs e orçamento suficiente para combater o coronavírus.

Ainda assim, a instituição conseguiu reorganizar as agendas para os anos de 2020 e 2021. No curtíssimo prazo, criou a Iniciativa Enfretamento e Combate ao Coronavírus em Terras Indígenas. Ao mesmo tempo iniciou processos de reprogramação de atividades dos projetos, intensificou a organização de atividades internas “de escritório” e as comunicações remotas com indígenas, pactuando permanentemente planejamento e execução de atividades, elaborando as justificativas para apresentar aos doadores e organizando mudanças institucionais que iam sendo deliberadas nas reuniões com conselheiros e assembleias. O resultado desse esforço é o que apresentamos neste relatório, especificamente no âmbito do Projeto *Experiências indígenas de gestão territorial e ambiental no Acre*.

ÍNDICE

A) ATIVIDADES REALIZADAS E GRAU DE EXECUÇÃO FÍSICA DO PROJETO	5
Replanejamento de atividades e perspectivas de continuidade durante a pandemia	5
Consultores indígenas do Projeto	9
<i>Intervenção 1. Manejo de sistemas e quintais agroflorestais</i>	11
Reuniões, assessorias e visitas às aldeias: articulação, mobilização e planejamento	11
Manejo de SAFs, quintais e roçados	13
Ferramentas e outros insumos	15
Monitoramento de plantios agroflorestais	15
Apoio à criação de aves	16
Casas de farinha	18
Manejo e criação de peixes	18
Resumo sobre a iniciativa institucional de enfrentamento e combate ao Coronavírus em Terras Indígenas no Acre	20
<i>Intervenção 2. Captação de água da chuva</i>	21
<i>Intervenção 3. Oficinas de gestão territorial e ambiental e manejo de resíduos sólidos</i>	22
<i>Intervenção 4. Monitoramento, vigilância e articulação para a proteção territorial</i>	23
<i>Intervenção 5. Articulação e formação do entorno</i>	27
<i>Intervenção 6. Formação de Agentes Agroflorestais Indígenas</i>	31
<i>Intervenção 7. Fortalecimento institucional</i>	32
<i>Intervenção 8. Gestão do Projeto</i>	34
<i>Governança e controle social indígena do Projeto</i>	34
<i>Cenários adversos e estratégias de enfrentamento</i>	35
B) PRINCIPAIS OCORRÊNCIAS REFERENTES À INSTITUIÇÃO	39
C) CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA	40
D) QUADRO DE USOS E FONTES DETALHADO	41
E) RELAÇÃO DE PAGAMENTOS	41
F) LISTAGEM DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS	41
G) MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA	41
H) INDICADORES DO PLANO DE MONITORAMENTO	43
I) DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES DO PROJETO NA INTERNET	43
J) FOTOS DO PROJETO	46
K) DEPOIMENTOS SOBRE O PROJETO	47
L) ASPECTOS AMBIENTAIS	51

A) ATIVIDADES REALIZADAS E GRAU DE EXECUÇÃO FÍSICA DO PROJETO

O primeiro caso de covid-19 foi confirmado no Estado do Acre no dia 17 de março de 2020. O Relatório de desempenho anterior (no. 02), que registrou as atividades do Projeto relativas ao período de 23/03/2019 a 28/03/2020, já considerava a pandemia do coronavírus entre os “cenários adversos”:

... algumas tendências de recrudescimento de cenários adversos se confirmaram ainda em 2019, somadas a incidência de novos cenários, bastante adversos ao desenvolvimento dos objetivos do Projeto, em 2020. Estes cenários estavam por sua vez previstos como “riscos”, desde a elaboração do Projeto, em seu Quadro Lógico. Particularmente:

- *Reorientações legais voltadas para a conservação e uso sustentável de áreas protegidas*
- *Intensificação dos incêndios florestais*
- *Comprometimento das condições de saúde de membros da equipe e/ou das lideranças indígenas parceiras, e agravamento da incidência de epidemias nas aldeias*
- *Reorientações políticas do órgão indigenista ou dos demais setores governamentais com interface com a política indigenista*

Replanejamento de atividades e perspectivas de continuidade durante a pandemia

Diante do grave cenário de pandemia causada pelo coronavírus, a CPI-Acre iniciou a reorganização de suas atividades frente a necessidade de adaptação das ações previstas à incidência da pandemia no Estado do Acre, a partir de 14 de março de 2020. Tornou-se então prioridade institucional o apoio à proteção e manutenção da segurança física das comunidades, incluindo a saúde e a segurança alimentar, no sentido de apoiar as famílias nas condições para se manterem em isolamento social em relação às sedes dos municípios e terem mínimo contato com pessoas que não fossem moradoras de suas aldeias.

Imediatamente, ações emergenciais foram postas em curso, inclusive em parceria com os Distritos Sanitários Especiais Indígenas - DSEIs Juruá e Purus e com Polos Base. Dentre as diversas fontes de apoio, parte dessas ações foi aprovada e custeada pelo Projeto *Experiências indígenas*, focando na preservação imediata de vidas indígenas, a sustentabilidade de seus modos de vida e ao mesmo tempo a concretização e a interação com as finalidades do Projeto *Experiências indígenas*, em contexto de pandemia (campanha de comunicação e informação; provisão de insumos e logística em alimentação, limpeza, desinfecção e quarentena; articulação com instituições públicas competentes).

Desde o primeiro caso de Covid-19 confirmado no Acre, em 14 de março de 2020, além das medidas de isolamento social e reorganização interna urgentes para apoiar as ações emergenciais

mencionadas, a CPI-Acre permaneceu acompanhando a curva da doença no Estado, monitorando permanentemente a evolução da pandemia, como também as orientações dos órgãos de saúde pública, para rever e definir periodicamente os planejamentos de atividades dos projetos.

Em 31 maio de 2020, face à grave crise sanitária, a CPI-Acre apresentou ao doador uma primeira proposta de reprogramação de recursos do Projeto *Experiências indígenas*, contemplando atividades que inicialmente não estavam previstas: apoio à criação de aves e peixes, manejo da pesca em lagos, rios e igarapés, apoio a casas de farinha, aquisição de equipamentos para melhorar a capacidade de comunicação das aldeias, etc.

Com a reprogramação, a equipe institucional e os parceiros indígenas assumiram um processo de adaptação de rotinas e métodos de trabalho para manter a execução dos projetos e os compromissos assumidos com as comunidades indígenas, dentro do que foi possível frente a gravidade da situação. Para garantir o andamento das ações, a equipe técnica do Projeto *Experiências indígenas* priorizou a comunicação rotineira com os consultores indígenas e outros Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFI), professores, caciques, mulheres e demais lideranças das Terras e Associações. Essa comunicação, junto ao trabalho contínuo das equipes da CPI-Acre em home office, e o dos indígenas nas terras indígenas e municípios, permitiu a realização de atividades que mantiveram boa parte dos objetivos iniciais preservados e perseguidos, conforme registra-se neste relatório.

Em setembro de 2020, considerando o cenário de continuidade da pandemia do coronavírus, a CPI-Acre realizou reuniões a distância com a equipe do Fundo Amazônia, para atualizar sobre as ações em andamento e avaliar estratégias para garantir a execução adequada do Projeto, no cenário incerto da pandemia. Com esses subsídios, realizou-se uma nova etapa institucional de planejamentos e alinhamentos com as coordenações da CPI-Acre, as equipes técnico-financeiras e os parceiros indígenas, para a atualização do cronograma técnico-financeiro do Projeto.

Em 22 de outubro de 2020, a CPI-Acre enviou ao doador uma nova solicitação de liberação de parcela, embasada em Plano de aplicação de recursos cujas atividades tinham previsão de ocorrer entre outubro de 2020 e dezembro de 2021, quando o Projeto completaria os 42 meses de vigência previstos em contrato. Havia então perspectiva real de vacinação e melhoria do quadro de contaminações e óbitos, permitindo uma previsão de retorno presencial no primeiro semestre de 2021. No entanto, na virada de 2020 para 2021, esta previsão não se confirmou com o atraso severo no início da vacinação no país e um quadro ainda pior no primeiro semestre de 2021, em relação a todo o ano de 2020.

Apesar do prazo original de execução do Projeto, por conta da permanência dos riscos elevados da pandemia, a instituição manteve a sua execução graças a reprogramação de ações, pactuadas com os indígenas. Ainda assim, algumas ações estratégicas e de caráter essencialmente presencial a ocorrer nas TIs e no CFPF/Rio Branco tiveram seu orçamento preservado, com a perspectiva de que as

condições para as realizar estariam dadas no máximo partir de julho de 2021, ainda assim sob avaliações constantes do cenário de possibilidades da pandemia, acesso à vacinação e à organização de protocolos de segurança. Por outro lado, considerando a perspectiva de 15 meses (mar/2020 a jun/2021) de reprogramação de atividades ocorrendo sem a presença da equipe do Projeto nas ações em Terras Indígenas, a instituição já alertava que seria estratégica a discussão em médio prazo sobre prorrogação de prazo de execução de atividades e recursos, para o ano de 2022.

Assim, em julho de 2021, a Comissão Pró Índio do Acre realizou nova revisão das atividades e do orçamento do Projeto, no sentido de manter a sua execução diante da continuidade da pandemia no país, o surgimento de novas variantes do coronavírus, o alto nível de contaminação ainda em curso, o fato de a campanha de imunização estar lenta e incompleta na equipe de assessoria técnica. Constatou-se que, diferente do suposto até outubro do ano anterior, quando a CPI-Acre apresentou ao BNDES uma proposta de cronograma para 2021, ainda não estavam dadas as condições de segurança sanitária para retomar a realização de atividades presenciais, incluindo as viagens e as oficinas nas Terras Indígenas. Dessa forma, a partir de reuniões institucionais regulares de monitoramento e planejamento entre as coordenações executiva e técnica e assessores da CPI-Acre, foi organizada uma nova proposta de reprogramação do Projeto *Experiências indígenas*, apresentada ao doador em agosto, focando na estratégia de continuidade e ampliação das atividades que vinham sendo executadas com êxito nos então 15 meses de pandemia. O cerne da proposta continuava sendo o diálogo, planejamento e pactuações remotas com as comunidades através dos agentes agroflorestais (AAFI) consultores indígenas do Projeto, outras lideranças das terras e organizações indígenas parceiras.

No ano de 2021, as ações remotas iniciadas em 2020 se diversificaram e ampliaram bastante, em escala. Isto foi possível porque a equipe conseguiu realizar satisfatoriamente o trabalho exclusivamente à distância com os indígenas, tanto na articulação, mobilização e planejamento como na execução técnica, administrativa e financeira das demandas e atividades. No processo se desenvolveram, testaram e aprimoraram métodos institucionais, na interface de articulação contínua da equipe da CPI-Acre com as lideranças indígenas, sempre discutindo, definindo e executando as prioridades de ação, e ganhando segurança para continuar e ampliar a escala da atuação em mais aldeias.

Uma das principais adaptações, responsável por grande parte dos melhores resultados obtidos pelo Projeto nesses 21 meses foi a reprogramação do orçamento disponível para um bloco de “viagens de assessoria” às 8 Terras Indígenas*: as viagens, que originalmente teriam presença das equipes técnicas da CPI-Acre, foram replanejadas para garantir o desenvolvimento de ações de gestão territorial e ambiental sendo realizadas pelos AAFIs, lideranças e comunidades indígenas nos seus territórios, com articulação e suporte remotos da equipe técnica do Projeto. Dentre as ações

realizadas pelos indígenas em 2020 e 2021, estão incluídas diversas reuniões e visitas às aldeias, pactuações sobre atividades, definição de acordos e responsáveis, disponibilização de insumos diversos para as atividades de recuperação de áreas degradadas e segurança alimentar, plantios, enriquecimento, manejo e monitoramento de quintais e SAFs, censo populacional das aldeias, apoio à produção de roças e casas de farinha, criação de animais (aves e peixes), manejo de pesca e planejamento de demandas relativas ao manejo de recursos hídricos.

As assessorias realizadas pelos consultores indígenas e os demais AAFIs atuantes em suas respectivas terras incluíram também ações de articulação com o entorno das TIs, com o propósito de desenvolver ações de proteção territorial e acordos comuns para a gestão dos recursos naturais. Já nas TIs foram realizadas atividades de reabertura de picadas, excursões e pontos de apoio para vigilância.

Exemplos de demandas e ações inéditas priorizadas em 2021 resultam também do enfrentamento aos impactos das alagações no início do ano, como a aquisição de motores para o funcionamento de poços artesianos já existentes (parceria com o DSEI, aprovado pelo BNDES do Projeto em 13/05/2021), a proposta de manutenção de cacimbas (cercamento e cobertura com palha e madeira manejada em pequena quantidade), aquisição de calhas e caixas para sistemas simplificados de captação de chuva (as "biqueiras", que não demandam presença de técnicos de fora na aldeia), instalação de canos e mangueiras para permitir o encanamento da água para casas ainda não conectadas a poços existentes, apoio ao acesso às áreas de produção de alimento, como pranchões e trapiches para cruzar igapós e outras áreas alagadas. Tais propostas advêm da discussão com os indígenas sobre demandas que tem relação direta com os objetivos do Projeto, que não estavam previstas inicialmente, mas que trariam benefícios reais e significativos para as famílias, em relação direta com os planos de gestão territorial e ambiental e o fortalecimento da segurança alimentar nas aldeias.

A estratégia de comunicação, divulgação e acesso à informação de boa-fé foi parte central da atuação institucional no período e estará registrada mais a frente neste relatório.

Em setembro de 2021, a CPI-Acre apresentou ao doador do Projeto uma avaliação de cenário, associada a nova proposta de planejamento, incluindo a ampliação de estratégias em curso, a elaboração de alguns estudos para subsídio aos trabalhos em andamento nas Terras Indígenas e no Centro de Formação, bem como a resposta a demandas comunitárias em proteção territorial

O advento da imunização completa (duas doses) nas aldeias e também da equipe da CPI-Acre, a estabilização das taxas da doença, a diminuição expressiva dos casos de morte e as orientações das instituições competentes e de profissionais da área de saúde foram os critérios principais para a tomada de decisão pelo retorno de ações presenciais, adaptadas e em caráter experimental, a partir de novembro de 2021. Dentre as ações institucionais, foi realizada pelo Projeto *Experiências*

indígenas, a Oficina sobre *Captação de água da chuva*, de 01 a 06 de dezembro de 2021, no Centro de Formação, em Rio Branco, seguindo protocolos de segurança sanitária e com a presença de apenas seis indígenas, consultores de cinco terras indígenas do Projeto. Mantida a situação de estabilidade e controle da doença, a previsão é retomar de maneira mais definitiva as atividades presenciais a partir do primeiro trimestre de 2022, com a realização do XXVI curso de formação de AAFIs, o terceiro e último ciclo de viagens de assessoria às terras indígenas e a instalação dos sistemas de captação de água da chuva nas TIs. Neste sentido, foi aprovada a prorrogação de prazo do Projeto *Experiências indígenas*, até julho de 2023.

Consultores indígenas do Projeto

- Raimundo Ferreira Kaxinawa – TI Kaxinawa Igarapé do Caucho
- Ismael Brandão Shanenawa – TI Katukina/Kaxinawa
- Antônio Barbosa Kaxinawa – TI Katukina/Kaxinawa
- Fernandes Henrique Kaxinawa – TI Kaxinawa/Ashaninka do Rio Breu
- José de Lima Kaxinawa – TI Kaxinawa da Praia do Carapanã / TI Kampa do Igarapé Primavera
- Amiraldo Sereno Kaxinawa – TI Kaxinawa da Praia do Carapanã / TI Kampa do Igarapé Primavera
- Lucas Sales Kaxinawa – TIs Kaxinawa Baixo Rio Jordão e Seringal Independência
- Josias Pereira Kaxinawa – TI Kaxinawa Rio Jordão (médio Jordão)
- Rocildo Barbosa Kaxinawa – TI Kaxinawa Rio Jordão (alto Jordão)

Durante o ano de 2020, na TI Kaxinawa da Praia do Carapanã, Amiraldo Sereno manteve-se totalmente isolado por conta de um problema de saúde respiratório, como forma de prevenção ao coronavírus. A associação da TI indicou então José de Lima Kaxinawa para atuar como consultor e realizar atividades do Projeto na terra indígena. José esteve nesta função entre setembro de 2020 e abril de 2021. Em maio de 2021, Lima teve que suspender as atividades de consultoria. Em articulação com a associação da TI, a equipe da CPI-Acre retomou os contatos com Amiraldo Sereno que se dispôs a voltar ao trabalho a essa época. Amiraldo havia feito um tratamento de saúde que tinha rendido excelentes resultados e ao mesmo tempo já tinha tomado as duas doses da vacina e a internet estava funcionando na sua aldeia. Conforme proposto pelas lideranças, outros AAFIs formados ou bastante experientes atuaram como assistentes em parceria com Amiraldo Sereno, para dar conta do trabalho nas 12 aldeias: Francisco Edimilson Ferreira (aldeia Água Viva), Francisco Melo Macário (aldeia Nova

Vida) e Valdo Pereira (aldeia Povo Junto). Tanto Amiraldo como José Lima atuaram como consultores da TI Kampa Igarapé Primavera.

Na TI Kaxinawa/Asheninha do Rio Breu, Fernandes Henrique permaneceu como consultor indígena, indicado desde 2019, trabalhando durante os dois anos de pandemia, em algumas ocasiões em parceria com 3 AAFIs formados: José Samuel Carlos, Aldemir Luiz Matheus e Acelino Sales, para atender as 15 aldeias, dentre 10 na TI e as 5 na RESEX Alto Juruá.

No Jordão, o consultor Lucas Sales foi o principal articulador das ações realizadas, assumindo também ações de planejamento, mobilização e de execução não só das TIs Baixo Jordão e Seringal Independência, mas também de aldeias da TI Kaxinawa do Rio Jordão. Isto se deu porque o outro consultor, Josias Pereira Mana, evitou ir à cidade devido à pandemia, ficando a maior parte do tempo isolado em sua aldeia, que é mais afastada do município, enquanto Lucas Sales mora em aldeia próxima do município e ia a cidade toda a semana. No último trimestre de 2020, com a intensificação de atividades, a equipe da CPI-Acre ponderou e insistiu com Lucas Sales no sentido de dividir o trabalho nas 35 aldeias e permitir que outros AAFIs experientes também pudessem ter a experiência de atuar como consultores. Assim, Rocildo Barbosa, da aldeia Pão Sagrado, começou a se envolver na organização de atividades e foi feita uma pactuação inicial para sua atuação experimental como consultor do Projeto, com atenção especial às aldeias localizadas no alto rio Jordão. Ao longo do ano de 2021, Rocildo manteve-se bastante ativo como consultor, firmando-se no apoio às 12 aldeias mais no alto Rio Jordão. Por outro lado, com a vacina, Josias Pereira foi aos poucos retomando as ações como consultor, reassumindo as outras aldeias da TI Kaxinawa do Rio Jordão e Lucas Sales voltou a concentrar-se mais nas aldeias da TI Baixo Jordão e Seringal Independência.

Na TI Kaxinawa Igarapé do Caucho, durante o ano de 2020, a comunicação com o consultor inicialmente apontado (Francisco das Chagas) foi bastante prejudicada e as ações previstas atrasaram consideravelmente. No segundo semestre, a associação informou à CPI-Acre que o AAFI Raimundo Ferreira iria assumir a consultoria técnica, na interface com o Projeto.

Na TI Katukina/Kaxinawa, a estratégia combinada no início de 2020 era atuar em parceria com dois consultores indígenas, um huni kuĩ, Antônio Barbosa Mashã, e um Shanenawa, Ismael Brandão Siã. Ocorreu que após várias tentativas frustradas de estabelecer contato com Antônio, foi informado que ele estava com dificuldades de comunicação pois seu telefone celular tinha sido furtado. Daí em diante, a equipe do Projeto *Experiências indígenas* manteve comunicação majoritária com Ismael, além de comunicações diretas com lideranças de diversas aldeias e também com Jaime Barbosa, presidente da APROKAP (Associação dos Produtores Kaxinawá da Aldeia Paroá). Em meados de 2021, com o avanço da imunização e a possibilidade de intensificar as ações na terra indígena, a CPI-Acre voltou a insistir junto à APROKAP na importância de o Projeto contar com um consultor huni kuĩ.

Assim, o AAFI Antônio Barbosa foi recondiçãoado ao cargo de consultor, desta vez contando com meios de comunicação alternativos.

Intervenção 1. Manejo de sistemas e quintais agroflorestais

Conforme comentado anteriormente, o ciclo de 5 (cinco) viagens de assessoria presenciais que teriam ocorrido em 2020 foram reprogramadas para atividades realizadas pelos AAFIs consultores indígenas em seus territórios, realizando as novas ações propostas, como criação animal e manejo de recursos hídricos bem como seguindo temas e ações previstas nas viagens de assessoria inicialmente previstas: monitoramento, manutenção, enriquecimento e implantação de plantios agroflorestais, viveiros e hortas orgânicas; discussão e avaliação de acordos relativos aos planos de gestão territorial e ambiental, particularmente em proteção territorial, manejo de resíduos sólidos e recursos hídricos; atualização de censo populacional; outros planejamentos e demandas relativas à segurança alimentar, articulação e organização comunitária.

Importante sublinhar que a incidência da pandemia a partir de março de 2020, somada às alagações ocorridas em fevereiro de 2021, reforçaram a necessidade e as iniciativas comunitárias de fortalecimento da segurança alimentar em dimensões diversas, particularmente a produção de roçados e a criação e manejo de peixes e aves, que são demandas recorrentes de quase todas as aldeias.

Reuniões, assessorias e visitas às aldeias: articulação, mobilização e planejamento

O Projeto garantiu o apoio à organização de assessorias indígenas, visitas e reuniões comunitárias nas aldeias das 8 terras indígenas, visando o acompanhamento e mobilização para a continuidade do trabalho dos AAFIs em temas relativos aos planos de gestão territorial e ambiental – segurança alimentar (agrofloresta, roçado, criação de aves e peixes), monitoramento e proteção territorial, manejo de resíduos sólidos, avaliação comunitária das ações desenvolvidas no Projeto *Experiências indígenas*, repasse de demandas definidas pelas comunidades no contexto da pandemia bem como a situação atual da AMAIAC. No documento anexado a este Relatório, “atividades_realizadas_2020_2021.xls” constam detalhes desses eventos.

Uma diferença importante das ações realizadas pelos indígenas em relação às viagens originalmente planejadas tem sido a forma como as ações são desenvolvidas, já que os consultores indígenas precisam dividir a atuação no Projeto com suas outras obrigações e trabalhos relacionados aos planejamentos comunitários e familiares, como por exemplo a manutenção de plantios anuais (roças), caçadas, pescarias, outros projetos de suas organizações, terras e aldeias, construção de casas,

mutirões comunitários, etc. Assim, enquanto uma viagem de assessoria realizada com a presença de um(a) assessor(a) da CPI-Acre é feita de maneira concentrada em até 40 dias aproximadamente, as ações realizadas pelos indígenas precisam se adequar a essas outras atividades e se desenvolvem por mais dias, em torno de 3 meses.

Durante o ano de 2020, nas TIs Kaxinawa do Rio Jordão, Baixo Rio Jordão e Seringal Independência ocorreram quatro visitas aos AAFIs e comunidades das aldeias e duas reuniões comunitárias. Já no ano de 2021, entre maio e outubro, o Projeto apoiou a realização de 14 reuniões comunitárias em 11 diferentes aldeias das três terras indígenas, somando 15 dias de atividades (variando de meio dia a três dias de reunião), organizadas pelos três consultores indígenas do Projeto, Lucas Sales, Rocildo Barbosa e Josias Pereira. Dentre os temas recorrentes dessas reuniões, podem ser destacados acordos sobre o plano de gestão, avaliação do trabalho dos AAFIs e dos consultores, planejamentos para criação de aves e construção de galinheiros, ações de vigilância e reabertura de picadas, manejo de igarapés e nascentes e de resíduos sólidos, a ameaça relativa ao PL 490, impactos das alagações e acordos para uso dos pontos de internet. Essas reuniões reuniram desde moradores de apenas uma aldeia até em alguns casos de 3 até 12 aldeias por reunião.

Na TI Katukina/Kaxinawa, em 2020, o Projeto apoiou uma reunião de planejamento e alinhamento, que reuniu AAFIs e lideranças da TI na sede da OPIRE, em Feijó, para tratar de temas relativos ao Projeto, particularmente a entrega e distribuição de ferramentas e sementes. Em julho de 2021, foi realizada uma segunda reunião, também na OPIRE, com todos os AAFIs da TI Katukina/Kaxinawa. A reunião teve o objetivo de retomar as atividades do Projeto *Experiências* indígenas, apresentar o novo consultor indígena das aldeias huni kuĩ, Antônio Barbosa e informar sobre as viagens de assessoria que seriam realizadas pelos dois consultores, Ismael e Antônio, nas aldeias shanenawawa e huni kuĩ, respectivamente. Em 03 de agosto de 2021, Antônio Mashã coordenou uma reunião na aldeia Boa União, tratando de temas relativos ao Projeto, como parte da mobilização para a viagem de assessoria às aldeias: recursos hídricos, implantação de sistema de captação de água da chuva, construção e reformas de cacimba nas aldeias; manejo de resíduos sólidos, implantação de dois galinheiros demonstrativos em cada aldeia e proposta de casa de vigilância em pontos estratégicos na terra indígena.

Na TI Kaxinawa do Igarapé do Caucho, durante o ano de 2020, o consultor indígena Raimundo Ferreira fez duas visitas às quatro aldeias da TI e no ano de 2021 o consultor manteve rotina de acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos, particularmente os plantios, viveiros e galinheiros das aldeias. Raimundo também fez um levantamento preliminar sobre demandas em reforma de cacimbas.

Na TI Kaxinawa da Praia do Carapanã, entre setembro de 2020 e abril de 2021, ocorreu uma assessoria aos AAFIs que contou com diversas ações coordenadas pelo AAFI José de Lima, como

reuniões comunitárias e reuniões com o entorno, tanto na TI Carapanã como na TI Kampa do Igarapé Primavera, seguindo os protocolos da pandemia. De julho de 2021 em diante, Amiraldo Sereno manteve intensa agenda de ações de assessoria nas duas terras indígenas.

Na TI Kampa do Igarapé Primavera, foram realizadas três reuniões, em 20/04/2021, durante a visita do consultor José Lima, com a presença de moradores do entorno; em 09/08/2021 e em 11/08/2021, junto as famílias do grupo Poya e na sede da aldeia Primavera, respectivamente, mediada pelo consultor Amiraldo Sereno. Os assuntos abordados nas reuniões foram o planejamento das atividades, assistência técnica ao AAFI Fernando Kampa, levantamento de sistemas e quintais agroflorestais, apoio ao manejo e criação de animais, diagnóstico de melhorias em cacimbas, realização de censo populacional, acompanhamento dos materiais do Projeto, informes da AMAAIAC e demais orientações técnicas relativas ao Projeto. Finalmente, em outubro de 2021, Amiraldo retornou à TI com os combustíveis e materiais para serragem da madeira dos dois galinheiros, os quais foram construídos em seis dias com o apoio da comunidade em sistema de mutirão.

Na TI Kaxinawa/Ashaninka do Rio Breu durante 2020 e 2021 ocorreram duas assessorias aos AAFIs, coordenadas pelo consultor indígena Fernandes Henrique. Em 2021, as agendas de ação foram permanentes, incluindo visitas e reuniões em praticamente todas as aldeias, inclusive as da RESEX Alto Juruá.

A equipe de assessoria técnica do Projeto também apoiou a recepção e pactuação de demandas para envio de insumos para as aldeias no âmbito da campanha emergencial de Enfrentamento e Combate ao Coronavírus, para apoio às famílias e pessoas mais necessitadas (famílias sem renda complementar, mães solteiras, idosos e doentes, por exemplo). Dentre os apoios solicitados, teve ênfase a distribuição de insumos comprados nos municípios: alimentos (arroz, feijão, macarrão, óleo, café, sal, peixe, carne etc.), combustível, kits de pesca, de limpeza e de higiene (ver item “ações emergenciais”).

Manejo de SAFs, quintais e roçados

A equipe do Projeto *Experiências indígenas*, principalmente a coordenadora técnica, manteve uma rotina intensa de comunicação com Renato Gavazzi, coordenador pedagógico da formação dos AAFIs e consultor contratado para elaboração do Plano de Sementes, no sentido de orientar a equipe do Centro de Formação dos Povos da Floresta (CFPF/CPI-Acre) no manejo dos sistemas agroflorestais do CFPF. Através desta articulação, planejamos com a equipe do CFPF, durante o segundo semestre de 2020 e primeiro trimestre de 2021, a produção, organização e aquisição de sementes e mudas de frutíferas e hortaliças, adaptando a atividade às restrições da pandemia causada pelo coronavírus.

Na etapa de envio e distribuição desses insumos, foi feita intensa articulação em caráter remoto com AAFIs e consultores indígenas, prevendo mobilização local e apoio para garantir a logística de deslocamento e alimentação, orientações técnicas feitas também a distância, por comunicação via telefone e whatsapp, em ação casada com a distribuição de ferramentas, materiais de papelaria e publicações (*Livro Manejo e criação de aves em terras indígenas no Acre*).

Como resultado deste esforço, no ano de 2020 e 2021, a equipe do Projeto distribuiu para as 8 Terras Indígenas do Projeto um total de 1.655 Kg de sementes, 1.780 mudas, 211 mudas nuas e 20 estacas, de 20 espécies/variedades no total, beneficiando aproximadamente 6.980 pessoas e evidenciando a importância do Centro de Formação dos Povos da Floresta como polo de produção e distribuição de frutíferas para as TIs.

	Espécie/Variedade	Quantidade	Unidade
1	Açaí	279	kg
2	Acerola	7	kg
3	Bacaba	14	kg
4	Buriti	546	kg
	Buriti	1.050	mudas
5	Cacau	14	kg
6	Café	8	kg
7	Cajá	65	kg
8	Caju	2	kg
9	Castanha	104	kg
	Castanha	100	mudas
10	Coco da praia	630	mudas
11	Cupuaçu	10	kg
12	Graviola	171	mudas nuas
13	Jaboticaba	4	kg
14	Jaca	2	kg
15	Manga	10	kg
	Manga cajá	40	kg
	Manga Comum	91	kg
	Manguita	33	kg
16	Mucuna	100	kg
17	Ouricuri	243	kg
	Ouricuri	40	mudas nuas
18	Patoá	32	kg
19	Pimenta do reino	20	estacas
20	Pupunha	51	kg

Obs. No anexo 1 está o registro da distribuição por ano e por terra indígena.

Ferramentas e outros insumos

Outra ação essencial para qualificar o trabalho de manejo dos plantios agroflorestais, roças, viveiros e hortas é o acesso a ferramentas e insumos. Durante o ano de 2020, o Projeto permitiu a distribuição de 4.197 unidades de 28 tipos de ferramentas; 273 kg de pregos; 346 milheiros de saquinhos de mudas; 910 metros de tela sombrite para cobertura de viveiro; 75 metros de lona plástica e 10 lonas de carga (anexo 2). Foram também entregues as roçadeiras previstas (76 unidades), cuja pactuação e acordos para uso comunitário havia sido debatida e acordada em reunião com os consultores, no município de Tarauacá, no início de 2020; bem como aportado um apoio de 25 litros de gasolina, em média, por aldeia, para limpeza de áreas produtivas.

Monitoramento de plantios agroflorestais

As informações que se seguem são referentes ao biênio 2020/2021 e foram coletadas graças ao trabalho dos consultores indígenas que estiveram em cada aldeia mobilizando os agentes agroflorestais e famílias responsáveis por quintais a atualizarem o levantamento dos plantios agroflorestais.

Os assessores técnicos da CPI-Acre apoiaram a realização dessa atividade de forma remota através de mensagens via Whatsapp e ligação telefônica convencional, dialogando sobre as formas de realização dos levantamentos dos plantios junto aos consultores indígenas.

O monitoramento dos SAFs e quintais é uma etapa importante na formação dos agentes agroflorestais indígenas, pois é um dos momentos em que ocorre o repasse de informações entre os AAFIs formados e mais experientes aos novatos, com muita troca de experiências, esclarecimento de dúvidas, conhecimento das espécies de ocorrência na TI e intercâmbio cultural.

Foram realizados levantamentos dos plantios com preenchimento de formulário de contagem de plantas nos SAFs e quintais, classificação por categoria da espécie (frutífera, medicinal, florestal...), visita técnica aos viveiros, anotações nos diários de trabalho e folhas avulsas. As áreas dos sistemas e quintais foi feita por medidas aproximadas, em passos depois convertidos em metros. No caso específico das TIs Carapanã e Primavera as áreas foram medidas com suporte de um GPS.

Terra Indígena	Kaxinawa Asheninka Rio Breu	Kaxinawa Baixo Rio Jordão	Kaxinawa Seringal Independ.	Kaxinawa Rio Jordão	Kaxinawa Praia Carapanã	Kampa Igarapé Primavera	
N^o total de aldeias	13	08	05	25	12	1*	64
N^o aldeias que fizeram levantamento dos plantios	10 ¹	08 ²	02 ³	18 ⁴	09 ⁵	1 aldeia e 1 grupo	48
N^o plantios	79	38	15	170	69	3	374

levantados							
Nº. plantios com medição de área	59	-	-	05	69	3	136
Área dos plantios (hectare)	18,19	-	-	14,24**	39,87 ha	3,54 ha	75,84**
Nº. total de espécies/variedades	171	91	25	154	129	43	
Nº. espécies /variedades de frutíferas	50	53	23	61	69	35	
Nº. total de pés plantados	11.797	7.475	2.167	32.125	10.056	1.221	64.841
Nº. de pés de frutíferas plantados	9.467	6.132	2.108	26.558	9.169	1.078	54.512
Nº. de categorias	13	10	03	12	11	8	
Pés produzindo ***	1.793	-	-	4	-	-	

Obs. As TIs Katukina/Kaxinawa e Kaxinawá do Igarapé do Caucho ainda estão reunindo os dados para envio para a CPI-Acre.

¹ Bem Criativo, Cruzeiroinho, Japinim I, Nova Morada, Pau Furado, São Francisco, São Jorge, Shakito, Vida Nova e Xina Bena Pensamento.

² Astro Luminoso, Morada Nova, Nova Aliança, Nova Cachoeira, Nova Empresa, Nova Extrema, Nova Mina e Novo Lugar.

³Altamira e Flor da Mata

⁴ Bari, Bela Vista, Belo Monte, Boa Esperança, Boa Vista, Bom Futuro, Bom Jesus, Canafista, Flor da Floresta, Igarapé do Macedo, Independência, Nova Aliança, Nova Fortaleza, Nova Revisão, Novo Natal, Reino das Estrelas, Três Fazendas e Verde Floresta.

⁵Água Viva, Carapanã, Cocameira, Goiânia, Mucuripe, Nova Vida, Povo Junto, São João da Floresta, Segredo do Artesão, Siã Huni Kuĩ.

* A TI Kampa do Igarapé Primavera, tem apenas uma aldeia, com dois grupos distintos.

** prevê-se um erro na medição de dois plantios, contabilizado em 5 e 6 hectares, que somaram apenas estes 11 hectares. Neste caso, deve-se diminuir em torno de 9 hectares do valor total para esta TI.

*** o número de pés produzindo não foi adequadamente registrado nas aldeias, provavelmente pela necessidade de maiores orientações técnicas. À oportunidade da presença dos consultores indígenas em Rio Branco, os levantamentos foram revistos para avaliar os resultados preliminares, tirar dúvidas, reforçar ausência de informações e melhorar o entendimento sobre a forma de fazer o levantamento.

Apoio à criação de aves

A criação e manejo de aves é parte integrante da formação dos AAFIs e demanda presente em quase todas as aldeias, nas viagens de assessoria e oficinas realizadas pela CPI-Acre, visando o fortalecimento da segurança alimentar das famílias. A partir da escuta de demandas, discussão e repasse de orientações técnicas às lideranças com acesso à internet e telefone, foi elaborado um planejamento para a realização da atividade de criação de aves, em duas etapas: a primeira compreende a construção de galinheiros, com a disponibilização de telas, pregos, bebedouro, combustível e apoio para a serragem da madeira no local. A segunda etapa compreende a aquisição de um pequeno plantel com um valor fixo por galinheiro (R\$ 240,00) que pode ser para comprar galinhas (em média 5 galinhas e um frango), patos (em média um pato e 3 patas) ou outras aves

domésticas, de acordo com os interesses, conhecimentos e disponibilidade de venda nas aldeias e no entorno imediato. A CPI-Acre estimula que no processo de compra sejam priorizados animais disponíveis na própria Terra Indígena, tanto para gerar renda localmente como para diminuir as chances de zoonoses.

Os galinheiros foram inspirados por modelos vistos na TI Kaxinawa Asheninka do Rio Breu e que então foram reproduzidos como um modelo demonstrativo, no Centro de Formação dos Povos da Floresta, durante o XXVI Curso de Formação de Agentes Agrofloretais Indígenas, em que AAFIs de 11 diferentes terras estiveram presentes. Tais galinheiros são tecnologias sociais, harmônicas aos princípios da agroecologia, de baixo custo, que demandam muito pouco insumo externo, baseados em técnicas simples, conhecidas das aldeias, com aproveitamento de recursos naturais disponíveis localmente (palha e madeira) e atendendo critérios técnicos como espaço amplo e arejado, onde as aves ficam devidamente abrigadas e protegidas da ação de predadores. Também facilitam o trabalho dentro do galinheiro pois são altos o suficiente para uma pessoa ficar em pé dentro e, diferente dos galinheiros pequenos, por terem um nidário, facilitam e otimizam sobremaneira a coleta de ovos.

Nas visitas às aldeias, é comum relatos de animais atacados por um “mal”, decorrentes de doenças que acometem as criações de quintal. Um dos motivos são galinheiros ainda hoje muito comuns nas aldeias, muito pequenos (não mais que um metro e meio de altura, abafados e escuros).

Já o galinheiro proposto pelo Projeto é ampliado, arejado, com instrumentos fornecidos no conjunto da obra (ninho, poleiro, comedouro e bebedouro).

O Projeto *Experiências indígenas* está apoiando a construção de dois galinheiros demonstrativos em média por aldeia, em todas as oito terras indígenas.

Terra Indígena	Ano	Quantidade Galinheiros
Kaxinawa Igarapé Caucho	2020	12
Kaxinawa do Rio Jordão	2020	3
Kaxinawa do Rio Jordão, Baixo Rio Jordão e Seringal Independência	2021	68
Kaxinawa/Ashaninka do Rio Breu	2020	3
	2021	16 *
Katukina/Kaxinawá	2020	15
	2021	34
Kaxinawá da Praia do Carapanã	2021	24
Kampa do Igarapé Primavera	2021	2
		177

* desses 16 galinheiros, 5 estão em aldeias kaxinawá e asheninka localizadas na Resex Alto Juruá, no Rio Breu, no entorno da terra indígena

O levantamento das famílias contempladas pelos galinheiros já foi entregue pelos consultores indígenas das TIs Kaxinawa/Ashaninka do Rio Breu, Katukina/Kaxinawá (aldeias Huni Kuĩ), Kaxinawá do Baixo Rio Jordão, Kaxinawá do Rio Jordão e Kaxinawá do Seringal Independência, conforme anexo 4.

Casas de farinha

Como parte das ações de segurança alimentar das aldeias em situação de fragilidade diante das alagações, foram apoiadas as demandas comunitárias de duas aldeias da TI Kaxinawa Igarapé do Caucho para estruturação e reforma de casas de farinha (detalhes no anexo 5).

Manejo e criação de peixes

A demanda por apoio para o manejo da pesca é também bastante recorrente na maioria das aldeias, visto a escassez crescente desses recursos naturais nas terras indígenas, por fatores diversos. O manejo da pesca bem como a criação de aves é parte integrante dos planos de gestão territorial e ambiental dessas TIs e as ações do Projeto vieram apoiar a implementação de acordos e demandas ali registrados.

Durante o ano de 2020, as demandas por apoio ao manejo da pesca se intensificaram com a crise sanitária e as alagações recrudescendo a necessidade pelo fortalecimento da segurança alimentar.

Durante a pandemia, foram contempladas propostas de ação para manejo de lagos nativos e para a criação de peixes em terras indígenas mais próximas dos municípios que por um lado sofrem com bastante escassez dessas fontes de alimento e por outro tem acesso facilitado a partir das sedes municipais, o que minimiza as perdas de alevinos durante o transporte até os açudes.

Assim, com a reprogramação de recursos da intervenção “SAF” foi definida a atividade de apoio à pesca nativa e à criação de peixes e os consultores durante as assessorias às aldeias trataram dos temas com as comunidades e trouxeram demandas diversas.

Manejo de lagos nativos

O Projeto permitiu o apoio ao grupo de manejadores de pirarucu para mutirões de limpeza e despesca de três lagos nativos da TI Kaxinawa da Praia do Carapanã (pirarucu e outros peixes nativos).

Apoio ao extrativismo pesqueiro

Como parte das ações emergenciais de apoio à segurança alimentar para o enfrentamento à pandemia do coronavírus e às alagações de fevereiro de 2021, foram distribuídos 164 kits de pesca às aldeias das TIs do Projeto *Experiências indígenas*.

Apoio à criação de peixes nativos

A proteína animal proveniente de peixes em criatório, assim como das aves domésticas, é uma fonte importante de complementação da dieta para as famílias indígenas e uma demanda comum em praticamente todas as aldeias, principalmente nas Terras que enfrentam situação crescente de escassez da caça e da pesca.

Nesses dois anos de pandemia, a CPI-Acre procurou priorizar as duas terras indígenas mais próximas dos municípios e com fornecedores de alevinos disponíveis, caso de Feijó e Tarauacá. Essas terras são as mais impactadas pela escassez de caça e pesca e com um entorno mais desmatado, em relação as outras 6 terras envolvidas diretamente com o Projeto. A proximidade com os fornecedores é também estratégica no sentido de minimizar as perdas de alevinos durante o transporte, feito em poucas horas, do fornecedor até a aldeia.

A ação foi acompanhada de pactuações e planejamento a distância, entre a equipe técnica da CPI-Acre e os AAFIs e lideranças de cada aldeia, incluindo avaliação das condições dos açudes e orientações técnicas sobre o manejo dos animais. Foi definido que os peixes deveriam ser colocados preferencialmente em açudes comunitários e que o usufruto seria direito de todas as famílias da aldeia, a partir de acordos internos definidos entre elas.

Também ficou esclarecido que os peixes, assim como as aves doadas pelo Projeto, eram direcionados exclusivamente para alimentação e subsistência locais em detrimento de ações de comercialização.

A ração provida pelo Projeto foi suficiente para alimentar os animais durante os 6 primeiros meses, para garantir o crescimento adequado dos indivíduos, sendo entregue a medida da demanda vinda da aldeia. Daí em diante, conforme usual, os peixes seriam alimentados por meios próprios com legumes e frutas das próprias aldeias.

Também foi reforçada a importância de realizar o plantio na margem dos açudes, para conforto térmico dos animais bem como consorciamento alimentício, servindo as frutas para alimento dos animais.

Terra Indígena	Aldeias	Açudes	Alevinos	Espécies	Ração
-----------------------	----------------	---------------	-----------------	-----------------	--------------

Kaxinawa Igarapé do Caucho	Nova Aldeia, Tamandaré e Caucho	8	21 milheiros de juvenis	Pirapicu Tambaqui Piau Curipacu	140 sacas (36% e 32%)
Katukina/ Kaxinawa	Vida Nova	1	5 milheiros de juvenis	Curimatã Piau Pacu	30 sacas para alevinos 32% PB

Telefones celulares: distribuição de 7 aparelhos smartphone (anexo 7), no apoio à comunicação remota para planejamento e execução de atividades diversas, bem como para registros e produções audiovisuais (fotografias, vídeos e áudios) sobre as ações em andamento.

Informática: entrega de quatro laptops para apoio às ações dos consultores indígenas Fernandes Henrique Kaxinawa, Josias Pereira, Rocildo Barbosa e Lucas Sales.

Materiais de papelaria: distribuição de kits de materiais de papelaria (anexo 8) para 83 AAFI, para apoio ao registro e sistematização do cotidiano, de planejamentos e atividades realizadas, levantamento de plantios agroflorestais, elaboração de desenhos, mapas, relatórios, reuniões, entre outros.

Resumo sobre a iniciativa institucional de enfrentamento e combate ao Coronavírus em Terras Indígenas no Acre

Em 14 de março de 2020, a CPI-Acre passou a atuar em uma frente de prevenção ao Coronavírus, de modo a contribuir com a proteção dos povos e terras indígenas (TI) no Acre, face a pandemia. O primeiro caso confirmado de Covid-19 no Acre foi na cidade de Rio Branco, no dia 17 de março. Dia 23 de março, seguindo os protocolos de segurança e decretos governamentais a CPI-Acre iniciou o trabalho remoto.

Foi então criada na instituição a Iniciativa Enfrentamento e Combate ao Coronavírus em TI, quando as ações passaram a ser realizadas, de forma emergencial, e com a definição de estratégias continuadas para enfrentar e/ou minimizar as consequências da doença, inclusive nos pós pandemia.

A CPI-Acre não trabalha diretamente com saúde indígena, e desta forma, desde o início da pandemia, está atuando em articulação com os Distritos Sanitários Especial Indígena (DSEI), órgão gestor responsável pela implementação da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas nas TIs (proteção básica), da Secretaria Especial de Saúde Indígena –SESAI, com as lideranças indígenas e com a Funai. Nessa articulação as ações estão focadas na viabilização/aquisição de gêneros de

alimentação, limpeza e proteção, e na articulação com outras instituições locais e de fora do estado, para a proteção dos povos indígenas no Acre.

No dia 04 de abril de 2020, a CPI-Acre lançou a Campanha permanente de comunicação e informação #FicaNaAldeia,Txai! e #FicaEmCasa,Txai!, incluindo materiais em línguas indígenas (Noke Ko'í/Katukina, Manxineru, Huni Kuĩ), realizando divulgações por meio das redes sociais Facebook e Instagram, o aplicativo WhatsApp e em contato frequente com as comunidades também via telefone.

No início da pandemia, algumas terras indígenas fecharam totalmente o trânsito e suas lideranças tomaram medidas de fechamento das aldeias, citamos o exemplo do Povo Puyanawa que fechou o acesso à TI Poyanawa já no dia 25 de março.

Em 7 de maio foi confirmado o primeiro caso de COVID-19 em indígenas, no município de Santa Rosa do Purus. Foi um jovem de 25 anos do povo Huni Kuĩ que se deslocou da capital, Rio Branco, para o município.

A CPI-Acre acompanha a evolução dos casos, e disponibiliza no Site www.cpi.org.br o mapa online com informações sobre a interiorização da Covid-19 no Acre e Terras Indígenas. Na navegação, há informações sobre população, povo, número de aldeias e número de Agentes Indígenas de Saúde (AIS) e Agentes Indígenas de Saneamento (AISAN).

A Campanha conseguiu atender, aproximadamente, 12.000 pessoas, em 26 Terras Indígenas e 18 Povos. Atendemos também, com alimentos e material de higiene, famílias indígenas que moram nas cidades, principalmente nos municípios de Rio Branco, Cruzeiro do Sul, Jordão e Tarauacá.

Intervenção 2. Captação de água da chuva

Durante os anos de 2020 e 2021, as oficinas de instalação de sistemas de captação de água da chuva foram suspensas, considerando os riscos da entrada de pessoas de fora da terra indígena nas aldeias. Em compensação, o tema foi bastante discutido nas aldeias com apoio dos consultores indígenas, durante as reuniões comunitárias assessorias realizadas e diversas demandas emergiram, em torno ao tema de manejo de recursos hídricos.

Durante as ações de assessoria, os consultores indígenas discutiram com as aldeias as demandas por manejo de recursos hídricos, reforçando a previsão de apoio para reforma de cacimbas e a futura instalação de sistemas de captação de água de chuva, assim que as condições permitirem a presença de pessoas de fora nas aldeias. Assim, fizeram levantamento de demandas, onde surgiu também propostas de adaptação dos recursos para apoio ao funcionamento de poços artesianos já existentes e encanamentos de água. Nestes casos, aponta-se como estratégica uma parceria com a

SESAI para funcionamento dos poços artesianos nas aldeias onde já estão construídos, porém seguem inativos.

Foi realizado pelos consultores indígenas a demanda por reformas de cacimba, os materiais necessários e as demandas prioritárias por captação de água da chuva, conforme detalhado no anexo 7.

No último trimestre de 2021, a CPI-Acre retomou de maneira experimental as primeiras ações presenciais, no Centro de Formação dos Povos da Floresta. Dentre elas, foi realizada uma oficina de captação de água da chuva, entre os dias 01 e 06 de dezembro de 2021, com a presença de seis consultores indígenas do Projeto. O momento foi oportuno para clarear o entendimento sobre as vantagens do sistema e rever algumas compreensões que estavam equivocadas, como a suposição de que os sistemas só podem ser instalados em casas cobertas de telhas. O sistema demonstrativo construído durante a oficina foi feito sobre cobertura de palha, com o suporte de algumas folhas de alumínio. Durante o ano de 2021 e 2022, o Projeto planeja construir os sistemas nas aldeias, com apoio de técnicos que participaram dessa oficina (Antonio Feitosa) bem como da Oficina na TI Igarapé do Caucho, em 2019 (Manoel Montoa, seu Hildo).

Intervenção 3. Oficinas de gestão territorial e ambiental e manejo de resíduos sólidos

Durante o período coberto por esse relatório de desempenho as oficinas inicialmente previstas foram suspensas em decorrência da pandemia.

As diversas reuniões comunitárias descritas anteriormente tiveram papel complementar às oficinas, garantindo espaços de trocas de conhecimento, avaliação de acordos sobre os planos de gestão territorial e ambiental e o manejo agroflorestal, bem como a criação de animais e as ações de proteção territorial. O tema do manejo dos recursos hídricos e de resíduos sólidos também foi recorrente durante as reuniões e assessorias, havendo expectativa por parte das comunidades na continuidade e implementação das ações planejadas e divulgadas pelo Projeto.

O Projeto apoiou a realização de uma oficina sobre gestão territorial e ambiental em novembro de 2021, com oito dias de duração, na Nova Aldeia, TI Kaxinawa Igarapé do Caucho, articulada pelo AAFI Antônio Renildo Kaxinawa, com ênfase em agrofloresta. Participaram em torno de 35 pessoas, incluindo os AAFIs das outras 3 aldeias da TI. Todas as mudas plantadas durante a oficina foram produzidas pelas famílias da própria comunidade.

O livro sobre manejo de resíduos sólidos previsto no Projeto está na etapa de revisão, edição de texto, e concepção de design gráfico.

Vale sublinhar que através de outras fontes, a CPI-Acre publicou e distribuiu 1.000 exemplares do Livro “Manejo e criação de aves em terras indígenas no Acre” e está no prelo 1.000 exemplares do livro “Hortas orgânicas em terras indígenas no Acre”.

Intervenção 4. Monitoramento, vigilância e articulação para a proteção territorial

Durante os anos de 2020 e 2021, os AAFI e outros comunitários, dentre lideranças, mulheres e jovens das TIs Kaxinawa do Rio Jordão, Baixo Rio Jordão e Seringal Independência, Kaxinawa/Asheninka do Rio Breu e Kaxinawa da Praia do Carapanã atuaram intensivamente no monitoramento comunitário, realizando excursões de vigilância e mutirões de reabertura de picadas demarcatórias, com apoio do Projeto *Experiências indígenas*.

As atividades em geral foram registradas em relatórios indígenas e na maioria das vezes as informações sobre a ocorrência de invasões foram repassadas por telefone às autoridades competentes, através de contatos diretos entre os indígenas e gestores públicos.

Ainda dentre as estratégias de proteção territorial, o SEGEO – Setor de Geoprocessamento manteve o monitoramento remoto, avaliando cobertura florestal, desmatamento no entorno e outras ameaças regionais, como estradas e ramais, produzindo mapas com as informações trazidas das ações de vigilância bem como enviando mapas para as lideranças indígenas, sempre que solicitados. Para facilitar os trabalhos de vigilância, o Projeto havia garantido em etapa anterior barcos e telefones celulares para o trabalho dos consultores e equipes de vigilância.

Principalmente nas TIs Kaxinawa do Jordão, foram detectadas ameaças associadas a invasões com intenções múltiplas: retirada de madeira, serrarias, caçadas, abertura para criação de animais, construção de casas, etc. A comunicação sobre as ações de vigilância, ocorrências e detalhes das excursões são por procedimento comunicadas junto ao Setor de Geoprocessamento da CPI-Acre, que organiza a memória de tais comunicações e atualiza os mapas de invasão.

Terras indígenas Kaxinawa do Rio Jordão, Baixo Rio Jordão e Seringal Independência

Durante 2020, ao todo, foram seis excursões de vigilância específicas - nos meses de março, maio, junho, setembro, outubro e dezembro - além de nove mutirões de reavivamento dos limites demarcatórios. Assim, como ações de reavivamento das picadas também configuram momentos de vigilância territorial, pode-se afirmar que foram realizadas pelas comunidades em 2020 um total de 15 atividades de monitoramento comunitário indígenas.

Os nove mutirões de reabertura das picadas ocorreram no segundo semestre de 2020: dois em julho (para as cabeceiras do Jordão, Igarapé Papavô e procura do “marco grande” na fronteira com o

Peru); três em agosto; um em setembro; dois em outubro e um em dezembro, com a finalização ocorrendo ainda no primeiro trimestre de 2021. Nessas ocasiões, se organizaram trabalhando por aldeias ou em grupos de aldeias (de 2 a 12 aldeias), com equipes variando de 4, 15 até 36 pessoas (ver tabela abaixo) e contando com a presença de pessoas mais velhas, que haviam participado da demarcação inicial da Terra Indígena e mateiros conhecedores do território. Em três áreas, um pequeno grupo coordenado pelo consultor Lucas Sales voltou às áreas dos limites manejados para complementar o trabalho, tirando fotos e fazendo o georreferenciamento de marcos e placas demarcatórias encontradas pela equipe que havia trabalhado no reavivamento.

Em junho de 2020, foi encaminhado formalmente relatório indígena às instituições competentes, com foco na retirada ilegal de madeira na TI Kaxinawa do Baixo Jordão. Durante todo o ano, no entanto, não houve nenhuma ação de fiscalização em resposta aos alertas feitos pelas equipes indígenas de vigilância, o que causou grande frustração às lideranças.

Abaixo, segue um quadro com um resumo dessas ações para o período deste relatório, organizado com base no citado documento, nos relatórios organizados por Lucas Sales e na memória das comunicações da CPI-Acre com os indígenas, durante o ano de 2020:

Data	Atividade
02/10/2019	Reunião com FUNAI e 61° BIS do Exército e outra reunião com o MPF/AC e AAFIs Lucas Sales e Josias Pereira e assessores da CPI-Acre sobre invasões nas TIs, abertura de ramais e ação de reabertura de picadas, com protocolo de documentação e referência a processos e articulações anteriores.
01/02/2020	Lucas Sales apresenta orçamento para reabertura de picadas.
23/02/2020	Lucas apresenta proposta de reabertura de picadas nas cabeceiras do Rio Jordão.
03/03/2020	Josias Mana e Lucas solicitam suporte para realizar ação de mobilização e planejamento comunitário em decorrência dos encaminhamentos e documentos saídos da reunião recente em Tarauacá para divulgar nas aldeias as informações junto aos AAFIs e comunidades em geral.
09/03/2020	Lucas informa sobre ocorrência de invasão e manda registros.
18/03/2020	Divulgação de primeiro alerta institucional sobre a pandemia.
01/04/2020	Reunião de planejamento na aldeia Boa Esperança: acordo sobre divisão de aldeias entre Lucas e Josias. Lucas se responsabiliza pelas aldeias Verde Floresta, Bom Futuro, Três Fazendas, Flor da Floresta, Belo Monte, Reino da Floresta, Coração da Floresta, Paz do Senhor, Pão Sagrado, Novo Segredo, Novo Revisão, Igarapé Macedo, além de aldeias do Baixo Jordão e Seringal Independência.
20/05/2020	Lucas Sales em mobilização para produção de alimento, roçado de praia, roçado de terra firme em crise pandemia coronavírus nas aldeias do Baixo Jordão. Lucas Sales informa sobre ocorrência de invasão para retirada madeira região Aldeia Novo Lugar, envia fotos e vídeos. Lucas reforça que a divisão da coordenação da reabertura de picadas na TI Rio Jordão é: Lucas Sales das aldeias Chico Curumim para cima e Josias Mana da Chico Curumim para baixo.
01/06/2020	Apoio à excursão de vigilância.
02/06/2020	Envio de relatório indígena para autoridades através de ofício CPI-Acre para FUNAI, ICMBIO, MPF/AC.
05/06/2020	Comunicação sobre invasão de retirada de madeira próximo aldeia Novo Lugar.
25/06/2020	Demanda para ir ao marco grande igarapé Papavô: primeira excursão para a cabeceira do Jordão.
30/06/2020	Comunicação de percepções sobre o coronavírus e compromisso de envio de informações no retorno da viagem à cabeceira do Jordão; orientações sobre registro de monitoramento e levantamentos dos quintais e SAFs e importância de manter animado

Data	Atividade
	o trabalho dos AAFIs.
01/07/2020	Relato sobre apoio a moradores do entorno (Resex) em situação de invasão e resposta sobre monitoramento dos plantios nas aldeias.
08/07/2020	Primeira viagem equipe de 4 pessoas procura marco grande na cabeceira do rio Jordão, divisa da terra entre Peru e Brasil. Encontraram apenas Marco 31. Mateiro Alberto Ofredo, Selestino Sereno Alfredo, Hiequison Sales e Lucas Sales Bane. Em 1988, Alberto fez a primeira viagem junto com Sueiro Sales e Felizardo Sales e mais cinco brancos junto com o Meireles.
14/07/2020	Fotos de marcos e vigilância, relato sobre a viagem para a cabeceira. Solicita contato de antropólogos e de técnicos da Funai para orientações complementares sobre o marco grande. Julieta insiste na importância de o consultor fazer relatório completo das excursões com informações detalhadas e pontos de georreferenciamento e diz que os mapas solicitados (de hidrografia e de invasão) serão enviados para o Jordão.
17/07/2020	Segunda viagem para cabeceira do Rio Jordão para procurar o marco grande na divisa da terra.
23/07/2020	Retorno da segunda viagem às cabeceiras (Igarapé Papavô) e envio de fotos da ação.
31/07/2020	Envio de fotos e solicitação orçamento para reabertura de picadas grupo aldeia Pão Sagrado.
03/08/2020	Foto da nascente do Jordão.
07/08/2020	Demanda de logísticas para reabertura de picada Grupo 1 aldeia Pão Sagrado, equipe de 36 pessoas.
14/08/2020	Logística para reabertura de picadas solicitada pelo AAFI Ivanildo Paulino, da aldeia Nova Revisão.
22/08/2020	Entrega de materiais para abertura de picada em 12 aldeias. Verde Floresta até Igarapé do Macedo.
24/08/2020	Lucas com grupo de 4 pessoas entraram para registro da reabertura que a comunidade já tinha feito, foto do Marco e ponto de GPS, feito no limite da aldeia Pão Sagrado. Marco 41, 50 e 51.
26/08/2020	Lucas envia fotos de trabalho de reabertura de picadas.
31/08/2020	Aldeia Verde Floresta, grupo de 3 pessoas entrou para fazer o registro da reabertura e tirar foto do Marco e marcar o ponto de GPS. Encontrado Marco 7 e o marco 9 no limite da terra do Melo, mas o marco 8 não foi encontrado.
01/09/2020	Lucas Sales sobre reunião com Josias Maná, relativo aos trabalhos de reabertura de picadas para iniciar em todas as aldeias do alto rio Jordão. Informa que Lucas, Josias e Rocildo Barbosa irão planejar melhor e entrar em contato com a CPI-Acre em próxima ida ao município e que irão realizar atividade na aldeia Pão Sagrado nos próximos dias.
08/09/2020	Integrantes das aldeias Verde Floresta e Bom Futuro, cerca de 16 pessoas, brocar e limpar a terra da divisa. Foi encontrado o Marco 65 e três Marcos sem informação. Depois foi encontrado o Marco 62. Atividade realizada durante quatro dias no limite das duas aldeias.
14/09/2020	Lucas informa que durante trabalho de vigilância no dia 10/09, com aldeias Bom Futuro e Verde Floresta, a equipe de vigilância avistou uma casa de invasores na colocação Duas Bocas, Igarapé Bom Jardim e que a comunidade da aldeia Pão Sagrado precisa de apoio para esse trabalho de vigilância e monitoramento.
15/09/2020	Fotos de trabalho da reabertura da picada e de casa de invasão, na colocação Duas Bocas, no Igarapé Bom Jardim.
19/09/2020	Orçamento para trabalho de reabertura de picada e demanda para ação de vigilância. Solicitação de materiais de papelaria para levantamentos de plantio de SAF e quintais.
21/09/2020	Orçamento para comemoração da reabertura de picadas aldeia Pão Sagrado e envio de fotos.
22/09/2020	Reunião telefônica com Lucas Sales para alinhamento atividades em andamento.
set/2020	Lucas Sales envia documentações indígenas originais.
05/10/2020	Lucas organizou com 5 aldeias para reabertura da picada: Flor da Floresta, Belo Monte, Reino da Estrela, Coração da Floresta e Paz e Senhor. Grupo de 15 pessoas para reabertura da picada na divisa da terra, a atividade foi realizada durante dois dias e só foi achado o marco número 15.
10/10/2020	Lucas acompanhou a aldeia Três Fazendas com grupo de 16 pessoas. Primeiro dia saíram da aldeia foram dormir na colocação Duas Bocas, Bom Jardim, chegamos na colocação divisão na cabeceira do Igarapé Bom Jardim onde foi feito o nosso tapiri.
17/10/2020	Lucas envia relato em áudio sobre índios isolados, informa que não estão nas

Data	Atividade
	cabeceiras do Jordão e sobre conflito com invasores na região da aldeia Novo Lugar (retirada ilegal de madeira) e insistência da necessidade de ação de fiscalização pelos órgãos competentes. Envio de fotos de marcos e outras de vigilância e um vídeo.
18/10/2020	Demanda por logística para atividades: viagem para cabeceira do Jordão, sendo equipe de 8 pessoas com dois barcos; encontro na aldeia Nova Empresa com todos AAFIs do Alto Rio Jordão, de 29 a 30 de outubro; limpeza de SAFs e quintais de 6 aldeias, total 90 lts gasolina, sendo 15 litros para cada aldeia.
19/10/2020	Lucas Sales envia nova leva de documentações indígenas originais: recibos assinados; 4 folhas de documentação para repasse à AMAAIAC sobre demanda por bolsa de formação; novos levantamentos de plantios e demandas por galinheiros.
20/10/2020	Conversa sobre proposta de divisão de trabalho com o AAFI Rocildo Barbosa, como consultor indígena nas aldeias do Alto Jordão.
21/10/2020	Semana de trocas com coordenação pedagógica e AAFIs sobre plantio dos marcos verdes nas picadas dos limites das Terras com castanheira e açaí, a exemplo das picadas da TI Seringal Independência.
31/10/2020	Lucas envia fotos da comemoração e avaliação da reabertura da picada na aldeia Nova Empresa, com AAFIs do alto Jordão, juntos com a terra indígena do Baixo Rio Jordão
03/11/2020	Finalização da reabertura de picadas das 6 aldeias pendentes no Alto Jordão.
17/11/2020	Envio de telefone celular para o Rocildo Barbosa.
02/12/2020	Envio de telefone celular para o consultor Josias Pereira Mana.
03/12/2020	apoio à atividade de reabertura de picadas de três aldeias da TI Kaxinawa do Rio Jordão.
09/12/2020	Lucas faz relato sobre invasão na aldeia Nova Empresa com criação de boi nos roçados e nos bananais, envia fotos e vídeo.
15/12/2020	Reabertura de picada - Paz do Senhor, Pão Sagrado e Novo Segredo – 5 dias.
25/01/2021	Reabertura de picada - aldeia Bom Jesus – 1 dia.
06/03/2021	Reabertura de picada - Belo Monte, Reino da Floresta, Paz do Senhor e Pão Sagrado – 8 dias.
04/05/2021	Reabertura de picada - Macedo, Nova Revisão Pão Sagrado e Novo Segredo – 5 dias.
23/06/2021	Vigilância área aldeia Chico Curumim – 2 dias – ocorrência de invasão de caça, pesca e madeira.
30/08/2021	Vigilância Três Fazendas – 1 dia – Ocorrência de queimadas.
	Reabertura de picada aldeias Bari e Chico Curumim.

TI Kaxinawa/Asheninka do Rio Breu

Entre os dias 09 e 17 de janeiro de 2020, a equipe composta por Henrique Massal, pelos AAFIs Chico Petxanka, José Luís, Aldemir Mateus e coordenada por Fernandes Henrique, fizeram visitas às aldeias desde a Nova Morada (localizada na RESEX) até a Jacobina. A equipe percorreu os limites da terra por uma semana e mobilizou as comunidades para a reabertura de picadas, onde cada aldeia ficou como responsável pela limpeza dos marcos que limitam suas respectivas áreas. Também aproveitaram as visitas para a realização de reuniões comunitárias, quando Fernandes Henrique informava para as lideranças as ações previstas no Projeto *Experiências indígenas* para o ano de 2020. Foi oportuno para discutirem o planejamento anual da Associação AKARIB e a inscrição de novos sócios, estes da aldeia Xina Bena que na ocasião era recente sua formação. Durante a ação de vigilância até a aldeia Jacobina, a equipe não notou qualquer tipo de ameaça ao território, como retirada de madeira, vestígio de caçadores ou abertura de picadas ilegais.

Data	Atividade
09/01/2020	Vigilância territorial e reabertura de picada - 5 pessoas - 8 dias.
25/03/2021	Vigilância fluvial - 13 pessoas - 5 dias.
10/05/2021	Reabertura de picada - 33 pessoas - São José, Vida Nova e São Francisco - 1 dia – OCORRÊNCIA de invasão para pesca.
15/07/2021	Vigilância terrestre - 5 pessoas - 5 dias.

TI Kaxinawa da Praia do Carapanã

Durante reunião remota com equipe da CPI-Acre, o consultor indígena José de Lima relatou sobre a situação de invasão para caçada no limite da TI (acima da aldeia São João da Floresta) e que em demais pontos na TI ocorre retirada de desova de quelônios.

José de Lima relatou os trabalhos internos da TI desde o começo da pandemia. No mês de abril de 2020, lideranças de todas as aldeias se reuniram na aldeia Água Viva para discutir sobre organização interna, planejamento de atividades e solução de conflitos internos. A situação de vulnerabilidade da juventude frente à ação do crime organizado teve destaque.

Na TI Kaxinawa da Praia do Carapanã, funciona uma estratégia de dividir as aldeias em dois grandes grupos: da aldeia São João da Floresta, próximo à cabeceira, até a aldeia Goiânia é o grupo Mana Aĩbu (“grupo de cima”); da aldeia Cocameira até a aldeia Segredo do Artesão é o grupo Shuko Shukoi (“grupo de baixo”). Amiraldo Sereno segue como coordenador do grupo Shuko Shukoi, que compreende a sua aldeia, Segredo do Artesão. De acordo com José de Lima, essa divisão tem ajudado no planejamento das atividades da TI como um todo e um incentivo para as comunidades se organizarem melhor, principalmente no fortalecimento cultural, por exemplo através de manifestações culturais, no incentivo do uso da língua indígena e plantios tradicionais.

Intervenção 5. Articulação e formação do entorno

As ações presenciais envolvendo moradores do entorno das TIs que previam a participação de equipes da CPI-Acre, como cursos de formação e oficinas itinerantes, foram todas suspensas durante os anos de 2020 e 2021. Em 2020, foram apoiadas apenas duas reuniões, com um pequeno grupo de vizinhos da TI Praia do Carapanã e também na TI Kampa do Igarapé Primavera, abarcadas todas as orientações para prevenção do coronavírus bem como disponibilização de máscaras e produtos de higiene e desinfecção.

Em 2021, a partir da imunização ocorrida nas terras indígenas, o Projeto retomou algumas ações pontuais, mantendo os mesmos protocolos e ainda sem a presença da equipe da CPI-Acre, que não estava completamente imunizada. Essas atividades estão descritas a seguir.

Por outro lado, através do Programa de Políticas e Articulação Regional (PPAR/CPI-Acre), foram animadas estratégias de mobilização, diálogo e troca de informações junto a lideranças indígenas, em torno a empreendimentos de alto potencial de impacto negativo socioambiental, particularmente estradas e ramais na região transfronteiriça Brasil – Peru. Outras ameaças que fizeram parte da pauta institucional foram projetos legislativos objetivando mudar marcos regulatórios e cláusulas constitucionais diretamente relacionadas a direitos fundamentais dos povos indígenas e outras comunidades tradicionais assim como projetos propondo a revisão de limites e mesmo alteração de categorias de áreas protegidas como a Resex Chico Mendes e o Parque Nacional da Serra do Divisor.

Terras indígenas Kaxinawa do Rio Jordão, Baixo Rio Jordão e Seringal Independência

Em julho de 2020, foi reafirmada institucionalmente a importância de manter durante a pandemia os diálogos de gestão integrada entre instituições e áreas protegidas no município do Jordão, que já vinham se articulando desde 2018 (AMAAIAC, TIs Kaxinawa Rio Jordão, Baixo Rio Jordão e Seringal Independência, RESEX Alto Tarauacá, ICMBIO, FUNAI e CPI-Acre).

Reuniões remotas interinstitucionais

Quatro reuniões remotas interinstitucionais foram realizadas em 2020 (08 de julho, 03 de setembro, 17 de setembro e 07 de dezembro) via whatsapp, entre CPI-Acre, ICMBIO/Resex Alto Tarauacá, ASAREAT (Associação de Seringueiros da RESEX Alto Tarauacá), AMAAIAC e FUNAI/CR Juruá.

As reuniões trataram dos seguintes temas: aproximação com a Prefeitura do município do Jordão no longo prazo (pós pandemia); identificar as comunidades que se interessam em implementar SAFs ou conhecer experiências; proteção da mata ciliar e proposta de trabalho de sensibilização para diminuir o desmatamento nessas áreas; a questão dos resíduos sólidos e a poluição dos rios com óleo de motor de barco, que está afetando bastante a qualidade da água; merenda regionalizada; produção; questão pesqueira na região; ameaças comuns entre RESEX e TIs (abertura do ramal Novo Porto; retirada de madeira nas TIs; ameaças na RESEX).

Um grupo de whatsapp foi criado na sequência da primeira reunião, incluindo coordenadoras técnicas e assessores técnicos da CPI-Acre, os consultores indígenas pela AMAAIAC, o presidente da ASAREAT, um técnico da FUNAI/CR Juruá e a gestora da RESEX pelo ICMBIO.

Em 16 de julho de 2020, o presidente da ASAREAT encaminhou à CPI-Acre e AMAAIAC uma demanda de apoio por ferramentas e mudas de frutíferas de interesse de 13 famílias da comunidade Boa Vista / RESEX Alto Tarauacá, como desenvolvimento da Primeira Oficina de Práticas Produtivas, ocorrida ainda em 2019. Ficou combinado que quando as condições de segurança permitissem seria

realizada uma segunda oficina de práticas produtivas, onde a demanda seria atendida em contexto de formação e priorizando a disponibilização de sementes e mudas vindas das próprias aldeias.

Neste período, Josias Mana relatou sobre duas visitas à comunidade Boa Vista, na RESEX, em que fez uma entrevista com Nego Brás a fim de saber a situação das mudas plantadas na Oficina de Práticas produtivas ocorrida em 2019 e disse ter havido um impacto positivo nessa comunidade.

II Oficina sobre práticas produtivas na Comunidade Boa Vista – RESEX Alto Tarauacá

Com o advento da imunização completa tanto nas Terras Indígenas como na Resex foi possível realizar a II Oficina sobre Práticas produtivas, entre as TIs Kaxinawa do Jordão e a comunidade Boa Vista, da RESEX Alto Tarauacá, e vizinha da TI. A oficina aconteceu de 27 a 30 de junho de 2021, com a participação de 23 pessoas, organizada por indígenas e comunitários, sendo 3 mediadores indígenas, AAFIs formados e bastante experientes (Josias Pereira, Raimundo Paulo e Vanderlon Pinheiro).

O primeiro momento da oficina foi uma reunião para tratar dos objetivos dessa atividade, dos planos de gestão da RESEX e das TIs do Jordão; entrada de pessoas e vizinhos do entorno e a importância de implementar os planos de gestão; e relembrar os acordos e discussões das oficinas passadas, ocorridas em 2018 e 2019. Atividades práticas tiveram espaço central: construção de viveiros e de sementeira, produção de mudas, manejo de plantios, coroamento e cobertura morta, manejo do lixo orgânico e não orgânico. Como encaminhamento, ficou definido um momento posterior para o plantio coletivo das mudas produzidas, no tempo do inverno amazônico, no primeiro trimestre de 2022. Vai ser dada continuidade no trabalho com 12 famílias da RESEX e articulação entre AMAAIAC, ASAREAT, CPI-Acre, ICMBIO e FUNAI no planejamento e organização da oficina. Raimundo Paulo, Vanderlon Pinheiro, Jaime Siqueira e Rocildo Barbosa atuarão como os AAFIs assistentes e mediadores.

“Os moradores [do entorno] demonstraram interesse nos plantios, pois na primeira reunião de gestão integrada e articulação com o entorno [2018], os comunitários da Boa Vista viram as frutas que eram produzidas nas aldeias e ficaram muito interessados em aprender a plantar. No começo não foi fácil, os nawas eram bravos, iam nas reuniões de terçado, faca na cintura. Com conversa sobre os cuidados com a floresta, através dos planos de gestão, associações e ICMBio, realização de atividades práticas de manejo, conscientização da pesca com tinguí. Com o apoio da CPI-Acre, foram feitas ações que os moradores da Resex gostaram bastante. Eles precisam de assessoria técnica, mais sementes. Os moradores da Resex trabalham as famílias sozinhas, eles não costumam trabalhar juntos por isso precisam de apoio técnico. Eles gostaram muito das ferramentas que receberam para fazer os manejos dos plantios. Durante a oficina foram comprados vários itens produzidos pelos moradores da própria comunidade, frutas, galinhas, porcos [2021]. Nego Braz

lembrou da aliança dos povos da floresta que é a solução para essas questões de invasão na Resex e na TI. Eles entram [na TI] para tomar Ayawaska, mas acabam pescando e caçando. Eles gostaram da ideia de reabertura de picada, já que os indígenas têm o conhecimento das ferramentas e apoio para a reabertura de picadas nas TIs, os moradores da Resex também querem fazer essas atividades de vigilância e monitoramento, devido as invasões e da estrada passando na Resex e na TI, uma estrada nova, do outro lado da TI, e já tem uma comunidade instalada lá, chamada Restauração. Quem mora em TI tem que cuidar, plantar e conservar.”

Josias Pereira Mana Kaxinawa, consultor indígena

TI Kaxinawa/Asheninka do Rio Breu

Articulações e diálogos com vizinhos do entorno foram mantidos durante a pandemia através da atuação do consultor indígena do Projeto, Fernandes Henrique Kaxinawa, que também é presidente da Associação da TI (AKARIB). Fernandes mantém uma rotina de comunicação com os indígenas das comunidades nativas do lado Peruano (Ori e Koshireni), também com as 2 aldeias Huni Kuĩ (São Franciso e Glória de Deus) e 3 aldeias Asheninka (Nova Morada, Xanqueto e Pau Furado) localizadas na RESEX Alto Juruá.

Fernandes, exercendo a representação pela AKARIB, também se articula com as lideranças da vila da Foz do Breu, localizada igualmente na RESEX, bem próximo à boca do Rio Breu, na entrada da TI. Nesses diálogos, procura tratar de assuntos sensíveis e promover pactuações com as lideranças e comerciantes dessas localidades. Tráfico de drogas, troca ilegal de caça e pesca por produtos no comércio (incluindo bebida alcoólica), retirada de madeira e pastos estão entre os temas discutidos. Este diálogo também se dá no nível da gestão da RESEX pelo ICMBIO, por conta da presença de indígenas na RESEX, e em nível regional, com a presença de Fernandes Henrique e outras lideranças importantes da TI Rio Breu, como Zeca, em eventos de articulação entre comunidades tradicionais do Alto Juruá, com a TI Kampa do Rio Amônea, Arara do Rio Amônea e outras áreas protegidas que sofrem ameaças comuns na região transfronteiriça. A AKARIB também mantém comunicação com a FUNAI e a Polícia Federal para cobrar ações de fiscalização relativa aos ilícitos incidindo na região.

Reunião sobre gestão integrada na Foz do Breu

Em 15 e 16 de outubro de 2021, aconteceu uma reunião sobre gestão integrada na Vila da Foz do Breu. Foram ao todo 45 participantes, dentre moradores da Terra Indígena Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu, Moradores da Reserva Extrativista do Alto Juruá, Subprefeitura da vila Foz do Breu, ACCY (Peru), Aconadiysh (Peru), Juan Perez Amahuaca (Santa Rosa, Purus), Associação Apiwtxa. A proposta foi tratar de possíveis acordos de convivência entre as comunidades, apresentar trabalho e projetos

que estão sendo realizados e discutir sobre as principais ameaças comuns, refletindo sobre estratégias de proteção territorial. Foi considerada uma reunião extremamente importante, a primeira na Foz do Breu reunindo RESEX, TI e comunidades nativas peruanas.

TI Kampa Igarapé Primavera

Sobre o tema Proteção territorial, houve relatos dos indígenas na primeira assessoria do José Lima, em 2020, que informaram que continuam ocorrendo muitas invasões do entorno, de pessoas que são conhecidos dos indígenas, o que aumenta os conflitos dentro da TI. Assim foi realizada uma reunião com moradores do entorno não indígenas na qual foi repassada a importância dos acordos entre moradores indígenas e não indígenas. Foi deliberado que a entrada de pessoas na TI só poderia se dar com autorização do Fernando Kampa ou da Neca Maria. Os visitantes concordaram com a solicitação dos indígenas e informaram que só entrarão com autorização dos responsáveis. Foi relatado que parte das invasões são observadas na área que tem o igarapé que não pertence a TI Primavera e que serve de passagem para outros locais. Assim, houve sugestão pelo consultor da construção de uma casa de vigilância para aumentar a presença indígena na região e assim monitorar a entrada de pessoas não autorizadas. Foi solicitado à CPI-Acre, a compra de materiais para construção de duas casas de vigilância, para combater as invasões relatadas.

Na assessoria realizada por Amiraldo Sereno em agosto de 2021 o tema foi discutido novamente e os indígenas informaram que continua havendo invasão dos caçadores nas duas divisas da TI Kampa do Igarapé Primavera.

Apesar das solicitações, a total ausência das instituições competentes em ações de fiscalização, como IBAMA e Polícia Federal, além do apoio da Funai, dificulta a reversão do quadro crônico de conflitos na região.

Intervenção 6. Formação de Agentes Agroflorestais Indígenas

Por conta da pandemia, o terceiro curso de formação de agentes agroflorestais foi adiado por dois anos seguidos. Com o quadro vantajoso de imunização tanto dos indígenas como da equipe da CPI-Acre e considerando a estabilidade da doença bem como as baixas taxas de contaminação e morte, está planejada a retomada dos cursos em 2022, seguindo critérios de segurança sanitária, com reformulação de número de participantes, divisão em duas etapas e participação exclusiva de indígenas e não indígenas com o esquema completo de vacinação. As oficinas presenciais organizadas em caráter experimental ainda no último trimestre de 2021 no Centro de Formação dos Povos da

Floresta foram estratégicas para testar procedimentos e reforçar a segurança institucional para os próximos eventos, em 2022.

Intervenção 7. Fortalecimento institucional

O Centro de Formação dos Povos da Floresta (CFPF), pertence à Comissão Pró Índio do Acre e se define como uma escola reconhecida pela Secretaria Estadual de Educação, espaço educacional, experimental e demonstrativo para manejo e conservação dos recursos naturais e agroflorestais junto aos povos indígenas do Acre. O Centro de Formação veio se consolidando na Amazônia Ocidental como espaço de valorização do saber tradicional, onde são produzidos alimentos orgânicos, de base vegetal e animal. Os cursos de formação, como os de agentes agroflorestais indígenas, realizados no Centro, impulsionam ações desenvolvidas pelas comunidades nas terras indígenas ao longo dos anos, promovendo a difusão nas terras indígenas de “novos” e “antigos” saberes, práticas e técnicas relativas ao manejo socioambiental dos territórios.

O Projeto *Experiências indígenas* vem apoiando o fortalecimento do Centro de Formação, através por exemplo da organização de sementes e mudas para distribuição nas aldeias, beneficiamento de frutas dos SAFs, manutenção dos modelos demonstrativos e de outros espaços essenciais aos cursos de formação de AAFIs e encontros de outras categorias profissionais - como monitores indígenas em proteção territorial, comunicadores indígenas, professores, etc. - e outras lideranças indígenas e também garantia da segurança eletrônica do CFPF.

A Construção da cerca para aumentar a proteção do Centro de Formação dos Povos da Floresta foi finalizada no período do relatório. Foi um trabalho bem amplo, com o cercamento de todo o limite do Centro com seu entorno imediato, utilizando mourões de concreto (1.625 estacas) e 10 linhas de arame farpado (67 rolos no total) para dar mais segurança e prevenir a entrada de pessoas estranhas. Nessa atividade de incremento da segurança do CFPF, mudas de coroa de cristo foram plantadas em algumas partes da cerca com incidência solar direta. Ao se espalhar, a coroa de cristo forma um “muro” vegetal com espinhos que dificultam a entrada de animais domésticos e pessoas estranhas. Em outras partes da cerca, também foi plantado o hibisco para criar mais cerca viva e evitar igualmente a entrada de pessoas e animais, principalmente cachorros que atacam criações de aves e impactam na fauna da mata protegida pelo Centro.

Também como parte das ações de fortalecimento institucional, foi realizada a construção de um primeiro modelo demonstrativo de captação de água de chuva, em um dos alojamentos do Centro. Esta iniciativa foi um diferencial neste período, tratada como ação educacional durante uma oficina (01 a 06 de dezembro de 2021), com a participação de 6 consultores AAFIs indígenas do Projeto (ver

“Intervenção 2. Captação de água da chuva”, acima) e entendida como tecnologia social possível de ser adaptada nas aldeias.

A CPI-Acre iniciou os trabalhos da piscicultura junto aos povos indígenas antes de possuir o Centro de Formação. As discussões sobre manejo e criação de peixe aconteciam nas aulas de Geografia nos cursos de professores indígenas e nas aulas de produção de alimentos nos cursos de agentes de saúde indígenas. Em 1994, com a aquisição da área do CFPF, a instituição teve a possibilidade de trabalhar com atividades práticas no manejo e na criação de peixe no açude do Centro, exclusivamente com peixes nativos da Amazônia. Atualmente a grande quantidade de açudes para a piscicultura em terras indígenas tem relação direta com as ações educacionais que a instituição vem investindo nos últimos 30 anos. Com apoio do Projeto, no mês de setembro de 2021 foram colocados no açude 1.500 alevinos grandes de tambaquis e 1.500 de curimatãs e novamente o Centro já conta com peixes para suprir toda a demanda de alimentação dos participantes de cursos ou eventos, em especial o próximo curso de formação apoiado pelo Projeto, previsto para agosto de 2021.

Outra ação importante foi a distribuição de aves domésticas matrizes criadas no CFPF para a TI Katukina/Kaxinawa: foram 10 galinhas/galos e 20 patos no total, em relação direta com a ação de apoio ao manejo e criação de aves e construção de galinheiros agroecológicos nas aldeias (ver detalhes em “Intervenção 1. Manejo de plantios agroflorestais”).

Um eixo de ação também fortalecido pelo Projeto foram as estratégias de comunicação, garantidas pela Assessoria de Comunicação contratada. No período, este trabalho deve destaque, ganhando mais centralidade na instituição, em qualidade e escala, conforme se averigua pelo item abaixo neste relatório “I. Disponibilização de informações do Projeto na internet”.

Uma conquista importante foi também a mudança completa do escritório institucional do imóvel no Bairro do Bosque, antiga sede da instituição, para o Centro de Formação, com organização das adaptações necessárias, permitindo o aluguel do imóvel localizado no centro da cidade. Por outro lado, todos os funcionários se encontram em um único lugar, o que contribui para a economia e o dinamismo da instituição e a interação mais direta com os eventos no CFPF.

Outra iniciativa fundamental para o fortalecimento institucional no período foi a organização e aprovação de novas orientações e fluxos administrativos bem como protocolos de conduta institucional: atualização do Regimento Interno; elaboração do roteiro de procedimentos e fluxos para aquisição de material de consumo, equipamentos e contratação de serviços; organização do Protocolo Anticorrupção; instalação da Plataforma Teams, com formação da equipe institucional para o uso da mesma, o que qualificou a instituição para o trabalho remoto e híbrido e também deu agilidade para discutir, arquivar, compartilhar, despachar documentos; atualização do Estatuto Social. Por fim, o

apoio do Projeto *Experiências indígenas* para a auditoria institucional é um dos pontos mais importantes desta intervenção.

Intervenção 8. Gestão do Projeto

Conforme descrito abaixo, em “Cenários adversos” o Projeto sentiu o impacto do desligamento de toda a equipe inicialmente contratada (2018). As dificuldades e o alto risco da contratação de novos técnicos no regime remoto de trabalho bem como a suspensão de atividades presenciais foram critérios para a tomada de decisão de manter na equipe apenas duas assessoras permanentes, que foram contratadas em maio de 2021.

Desligados/Data:

Manoel Rairlando Pereira de Moraes - Secretário administrativo - 04/05/2020

Josineidy Raimunda Nonata de Oliveira Pinheiro - Assessora técnica - 31/07/2020

Paula Lima Romualdo - Assessora técnica - 04/03/2021

Billyshelby Fequis dos Santos - Assessor técnico - 25/04/2021

Admitidos/Data:

Nelcilene Costa da Cunha – Secretária administrativa - 01/07/2020

Kelceane de Souza Azevedo Moura - Assessora Técnica - 01/05/2021

Governança e controle social indígena do Projeto

Neste período, as ações do Projeto vieram sendo tratadas com os consultores indígenas, com as associações das Terras Indígenas, lideranças e AAFIs das aldeias. Reprogramações, planejamentos e decisões foram alinhados e discutidos rotineiramente para o desenvolvimento de todas as ações nos territórios.

O período deste relatório coincidiu com a incidência da etapa mais aguda de isolamento por conta da pandemia do coronavírus e a equipe da CPI-Acre não se reuniu com os indígenas presencialmente em ações de assessoria e formação, em Rio Branco e nas Terras Indígenas, e a Comissão indígena de acompanhamento não chegou a ser reunir, o que deve acontecer entre março e abril de 2022, podendo ocorrer reuniões nos municípios para facilitar a logística. Se, no entanto, isso não suceder, pode-se alternativamente realizar reuniões remotas pelo menos com parte dos membros que tiverem acesso à internet para uma etapa de avaliação e acompanhamento de meio termo que se faz necessária.

Por outro lado, em todas as terras indígenas houve diversas reuniões comunitárias sobre o Projeto em cada aldeia, graças ao trabalho permanente dos consultores indígenas, que visitaram as aldeias incansavelmente, apoiando a realização de atividades e trazendo as dúvidas, considerações e demandas das aldeias, famílias e lideranças, bem como sobre o monitoramento das atividades e resultados alcançados pelas ações realizadas a distância.

A equipe da CPI-Acre esteve também em contato direto com as diretorias ativas das associações indígenas parceiras do Projeto, sendo contatadas e as contatando igualmente, para manter alinhamento, pactuação permanente e o fortalecimento dessas organizações na governança do Projeto.

As atividades presenciais que finalmente devem voltar a ocorrer, bem como os cursos de formação previstos em 2022 serão momentos estratégicos de reunião de agentes agroflorestais indígenas e lideranças de todas as TIs e capitalizados para fazer o monitoramento e avaliação do Projeto em andamento, para fortalecimento da governança e controle social do Projeto.

Cenários adversos e estratégias de enfrentamento

Prevê-se a continuidade de um cenário instável, em que os planejamentos deverão se revisitados no máximo a cada três meses. A nova variante do coronavírus, ômicron, já tem obrigado a revisão de atividades presenciais que estavam presentes nas agendas ainda no início deste ano.

Ainda assim, caso se confirmem as previsões de queda nas taxas a parte da segunda quinzena de fevereiro atual, a agenda prevista de atividades presenciais será mantida, sempre tendo em conta as recomendações de especialistas da área da saúde.

Um segundo cenário adverso foram as enchentes ocorridas no início de 2020, que redefiniram quantidade importante de tempo da equipe para atender ações emergenciais, além das já em curso por conta da pandemia. Por outro lado, as comunidades muito impactadas tiveram que se concentrar nos trabalhos de recuperação de roças e plantios agroflorestais e criações de animais e também de muitas casas, que foram destruídos pelas águas. Os impactos na segurança alimentar das comunidades e na capacidade de trabalho das comunidades em projetos que estavam em andamento foi igualmente prejudicada.

Outro cenário adverso em escala regional é a baixa taxa de prevalência da imunização completa dentre a população acreana que ainda é considerada baixa. Dados do Consórcio de Imprensa informou até o momento do envio deste relatório está em 59 %. Estima-se que esse aumento se dá pela vacinação na população de 5 a 11 anos, uma vez que até o início desta faixa etária não se tinha ainda atingido os 50%. Assim, um desafio será a realização de atividades presenciais com a presença de um público bem menor que o usual até o advento da pandemia. O curso de formação de AAFIs que

tradicionalmente recebe 30 a 45 participantes por edição, terá um máximo de 20 pessoas por etapa o que exigirá a realização de duas etapas de cada curso programado, para garantir as condições de segurança sanitária às pessoas envolvidas, suas famílias e comunidades para as quais regressarão ao fim dos cursos.

Além de medidas de distanciamento e uso de máscaras, todos os agentes agroflorestais e equipe técnica farão testes de covid ao início e ao final de cada evento no Centro de Formação.

Outro impacto significativo sofrido pelo Projeto nos últimos dois anos foi o desligamento dos quatro técnicos (dois técnicos e duas técnicas) da equipe inicialmente contratada, sendo três deles já no período da pandemia. As dificuldades e o alto risco da contratação de novos técnicos no regime remoto de trabalho bem como a suspensão de atividades presenciais foram critérios para a tomada de decisão de manter na equipe apenas duas assessoras permanentes, que foram contratadas em maio de 2021.

Outra estratégia será manter ações realizadas por AAFIs e lideranças extremamente experientes e que já tem significativo lastro profissional como consultores e consultoras. Estes indígenas poderão realizar ações de mediação e assessoria entre terras indígenas, sem necessidade da presença de técnicos de fora das aldeias.

Queimadas e desmatamentos batendo recorde nos entornos dos territórios indígenas bem como eventos climáticos adversos também vem fragilizando a qualidade de vida nas aldeias. A equipe da CPI-Acre, trabalhando transversalmente entre os Programas de Gestão Territorial e Ambiental, o Programa de Articulação e Políticas Públicas, o Setor de Geoprocessamento e a Assessoria de Comunicação tiveram que se adaptar cotidianamente para manter sua parceria com as populações indígenas, apoiando ações de proteção e gestão territorial e canais permanentes de redes de comunicação, diálogo e articulação com as lideranças indígenas.

A paralisação das ações de fiscalização por parte dos órgãos competentes, IBAMA e Polícia Federal, e a falta de apoio da Funai, tem tornado a consecução de parte importante dos objetivos do Projeto um problema de difícil solução já que escapa a própria capacidade institucional e ao escopo do Projeto.

Os relatos dos indígenas e da mídia acreana sobre a presença de facções criminosas nas áreas rurais do Acre também aumentou nos últimos anos, criando conflitos entre famílias e impactando a união das comunidades em torno de ações para o bem comum.

Outro desafio será a realização de todas as atividades presenciais pendentes, que ficaram represadas por quase dois anos, em um período de apenas 15 meses, a contar de março de 2022. Neste sentido, serão lançadas mão de estratégias, como a contratação de um número significativo de

consultorias pontuais indígenas e não indígenas, com sólida experiência em ações de mediação e articulação em terras indígenas no Acre.

Um dos objetivos do Projeto mais adversamente impactados pela pandemia foi a instalação dos sistemas de captação de água da chuva, que ficaram suspensas por duas estações secas, em 2020 e 2021. Considerando que dos 58 pontos de captação previstos, apenas 8 foram instalados e, por outro lado, como cada sistema é instalado com um mínimo de 3 dias de trabalho, considerando a extensão da pandemia por muito mais tempo que o previsto, uma segunda estratégia que deve ser tomada em conta é a aquisição dos insumos necessários à instalação dos sistemas de captação de água da chuva durante a vigência do Projeto, com o compromisso da execução dos sistemas previstos até o fim do Projeto. A formação de AAFIs para implantação dessas tecnologias também deverá permitir que pelo menos parte desses sistemas sejam instalados exclusivamente pelos indígenas, sem a necessidade de técnicos de fora das aldeias.



Grau Percentual de Execução Física

A planilha “Grau Percentual de Execução Física” foi inserida em documento à parte, no sistema virtual de acompanhamento do BNDES.

B) PRINCIPAIS OCORRÊNCIAS REFERENTES À INSTITUIÇÃO

Informar aqui atualizações relevantes referentes à instituição beneficiária e outras instituições participantes do projeto, como, por exemplo: novos projetos, novas parcerias, novas fontes de recursos, alterações no estatuto social, mudanças na diretoria, alterações nas informações de contato, etc.

Uma parceria institucional com Projeto AMAZÔNIA 2.0 / UICN permitiu a contratação de consultoria para “fortalecimento técnico e organizacional da iniciativa dos Agentes Agroflorestais Indígenas”, materializando-se na consolidação de uma proposta de arquitetura conceitual e lógica para um banco de dados institucional.

Foram atualizados o Estatuto Social e o Regimento Interno institucionais (em anexo a este Relatório).

Foi iniciada a construção de uma política de gênero institucional (ver em anexo o documento referente).

No período deste Relatório, foram aprovados sete (7) projetos em parceria com 10 terras indígenas, além das envolvidas com o Projeto *Experiências indígenas*:

1 - Projeto *Aliança entre povos indígenas e extrativistas pelas florestas no Acre* – Consórcio entre Comissão Pro Índio do Acre, SOS Amazônia e Instituto Catitu / Chamada: Iniciativa Internacional de Clima e Floresta da Noruega - Apoio: NORAD – vigência 2021 a 2025.

2 - Projeto *Segurança alimentar e ambiental de comunidades na fronteira Acre – Ucayali* - Apoio: Manos Unidas – vigência 2021.

3 – Projeto para *Instrução Técnica do Processo de Registro dos Kenê Kuĩ, grafismos do povo Huni Kuĩ* – Apoio: IPHAM – vigência 10/2020 a 09/2022.

4 - Projeto *Biodiversidade e segurança alimentar em Terras Indígenas no Acre* - Apoio: Full Circle - vigência 2021/2022.

5 - Projeto *Biodiversidade, segurança alimentar e artes em Terras Indígenas no Acre* - Apoio: Full Circle - vigência 2022 a 2024.

6 – Projeto *Proteção de Povos indígenas e tradicionais no Brasil* – Consórcio WWF/Brasil, CPI-ACRE, Fiotec, Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé, Projeto Saúde e Alegria, Pacto das Águas, Imaflores - Apoio: Engagement Global, Bengo - vigência 12/2021 a 11/2024.

7 -Projeto *Participação indígena na política rodoviária da bacia do Juruá* – Apoio: Nia Tero Foundation – vigência 08/2021 a 10/2022.

C) CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA

O Cronograma de Execução Física atualizado da operação deve ser preenchido na planilha “Cronograma de Execução Física. O beneficiário deverá marcar em “Previsto” o último cronograma acordado com o BNDES e, em “Realizado”, o efetivamente executado.

A planilha foi inserida em documento à parte, no sistema virtual de acompanhamento do BNDES.

Em caso de mudanças no Cronograma de Execução Física “realizado” em relação ao “Previsto”, informar aqui as ocorrências que suscitaram tais mudanças, como eventuais adiantamentos ou atrasos na execução de obras, problemas em processos licitatórios, etc.

D) QUADRO DE USOS E FONTES DETALHADO

O Quadro de Usos e Fontes Detalhado deve ser preenchido na planilha “Quadro de Usos e Fontes Detalhado”.

O Quadro de usos desta parcela foi inserido em documento à parte (aba do arquivo “Relação de pagamentos”) no sistema virtual de acompanhamento do BNDES.

E) RELAÇÃO DE PAGAMENTOS

A relação dos pagamentos efetuados deve ser preenchida na planilha “Relação de Pagamentos”.

A relação de pagamentos foi inserida em documento à parte, no sistema virtual de acompanhamento do BNDES.

F) LISTAGEM DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS

A planilha “Máquinas e Equipamentos Adquiridos com Recursos do Projeto” está representada na figura abaixo.

A listagem de máquinas e equipamentos adquiridos foi inserida em documento à parte, no sistema virtual de acompanhamento do BNDES.

G) MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

A planilha “Movimentação Financeira” deve ser preenchida.

A planilha de movimentação financeira foi inserida em documento à parte, no sistema virtual de acompanhamento do BNDES.

Observação importante:

Na planilha “Movimentação Financeira” deste Relatório de Desempenho detecta-se uma diferença de valor:

Transferência BNDES (R\$ 4.548.125,02) MENOS relação de pagamentos (R\$ 4.062.188,34) MAIS rendimento financeiro (R\$ 50.267,28) = R\$ 536.203,96 (saldo final)

No extrato de aplicação da conta em 31/12/2021 o saldo final: R\$ 534.128,70

A diferença: R\$ 2.075,26

Fizemos as conciliações checando a planilha de pagamento x extratos bancários e não detectamos a origem desta diferença. Sabemos que o BNDES também faz essa conciliação e acreditamos que esteja nas duas primeiras prestações de conta (RED 01 e RED 02). Por este motivo, precisaremos de mais tempo para analisarmos também.

CONCILIAÇÃO

Caso a diferença entre o Saldo Final da tabela "Movimentação Financeira" e o Saldo (Fontes menos Usos) da tabela "Quadro de Usos e Fontes Detalhado" e/ou a diferença entre o Saldo Final da tabela "Movimentação Financeira" e o saldo informado no extrato bancário sejam diferentes de zero, justificar abaixo.

- Conciliação da diferença entre o Saldo Final da tabela "Movimentação Financeira" e o Saldo (Fontes menos Usos) da tabela "Quadro de Usos e Fontes Detalhado":

- Conciliação da diferença entre o Saldo Final da tabela "Movimentação Financeira" e o saldo informado no extrato bancário:

Ver observação acima.

H) INDICADORES DO PLANO DE MONITORAMENTO

Deve ser enviada como anexo a este relatório, a planilha do Plano de Monitoramento do projeto, acordada entre o beneficiário e o BNDES, preenchida em sua coluna “Dados Coletados”.

Os dados coletados pelo beneficiário deverão ter como data-base a do término do período de acompanhamento coberto pelo Relatório de Desempenho ou data anterior próxima a esta.

A planilha de indicadores do plano de monitoramento foi inserida em documento à parte, no sistema virtual de acompanhamento do BNDES.

I) DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES DO PROJETO NA INTERNET

Informar a seguir o(s) link(s) no sítio eletrônico ocupado pelo beneficiário na INTERNET, com informações atualizadas sobre as atividades previstas no projeto e seu estágio de implementação.

Link(s):

Temas: AAFIs, segurança alimentar, manejo de recursos naturais, proteção territorial, incidência políticas.

Divulgação: site CPI-Acre, Facebook , Instagram e whatsapp.

5 de junho 2020 ● Desmatamento: um alerta e uma alternativa direto do Acre > <https://cpiacre.org.br/desmatamento-um-alerta-e-uma-alternativa-direto-do-acre/>

13 de julho 2020 ● Uso do Fogo, Prevenção e Combate a Incêndios Florestais em Terras Indígenas num cenário de pandemia> <https://cpiacre.org.br/uso-manejo-do-fogo-e-prevencao-e-combate-a-incendios-florestais-em-terras-indigenas-num-cenario-de-pandemia/>

20 de agosto 2020 ● CARTA PÚBLICA – Emergência do Contato no Acre e Risco de Extermínio (Brasil-agosto 2020) > <https://cpiacre.org.br/carta-publica-emergencia-do-contato-no-acre-e-risco-de-exterminio-brasil-agosto-2020/>

4 de setembro 2020 ● #16 Podcast Atenção, Txai! “Na língua Hãtxa Kuĩ, o AAFI Lucas Sales Huni Kui fala sobre as ervas medicinais no tratamento da COVID 19” > <https://cpiacre.org.br/16-podcast-atencao-txai/>

25 de setembro 2020 ● #19 Podcast Atenção, Txai! “Nossa medicina natural está sendo queimada” diz liderança Edna Shanenawa > <https://cpiacre.org.br/19-podcast-atencao-txai/>

2 de outubro 2020 ● #20 Podcast Atenção, Txai! ‘Professor indígena Fernando Henrique conta como estão mantendo o coronavírus longe da TI Kaxinawá Ashaninka do Rio Breu’ > <https://cpiacre.org.br/20-podcast-atencao-txai/>

9 de outubro 2020 ● #21 Podcast Atenção, Txai! Presidente da AMAIAC Poá Katukina fala sobre o trabalho do Agente Agroflorestal Indígena em tempos de pandemia > <https://cpiacre.org.br/21-podcast-atencao-txai-2/>

16 de outubro 2020● #22 Podcast Atenção, Txai! “Ações de segurança alimentar nas aldeias ajudam população indígena a se proteger do coronavírus”, destaca Julieta Matos, coordenadora de projeto da CPI-Acre > <https://cpiacre.org.br/22-podcast-atencao-txai/>

- 23 de outubro 2020 ● #23 Podcast Atenção, Txai! Segurança Alimentar: AAFI Raimundo Yube fala sobre experiência de criação de animais na TI Igarapé do Caucho <https://cpiacre.org.br/23-podcast-atencao-txai/>
- 30 de outubro 2020 ● #24 Podcast Atenção, Txai! Nós índios cuidamos, mas sendo só a gente não temos como segurar o planeta para todos”, diz liderança Maná Chaguinhas > <https://cpiacre.org.br/24-podcast-atencao-txai/>
- 6 de novembro 2020 ● #25 Podcast Atenção, Txai! AAFI Zé Lima Yube fala sobre desafios de vigilância e cuidados com a TI na pandemia. > <https://cpiacre.org.br/25-podcast-atencao-txai/>
- 7 de novembro 2020 ● Iniciativa Enfrentamento e Combate ao Coronavírus em TIs no Acre e ações com foco na soberania alimentar nas comunidades indígenas > <https://cpiacre.org.br/iniciativa-enfrentamento-e-combate-ao-coronavirus-em-tis-no-acre-e-aco-es-com-foco-na-soberania-alimentar-nas-comunidades-indigenas/>
- 13 de novembro ● #26 Podcast Atenção, Txai! Renato Gavazzi, coordenador pedagógico da CPI-Acre, manda mensagem para os Agentes Agroflorestais Indígenas. > <https://cpiacre.org.br/26-podcast-atencao-txai/>
- 19 de novembro 2020 ● #01 podcast Mulheres Indígenas em Movimento > <https://cpiacre.org.br/01-podcast-mulheres-indigenas-em-movimento/>
- 30 de novembro 2020 ● #02 podcast Mulheres Indígenas em Movimento > <https://cpiacre.org.br/02-podcast-mulheres-indigenas-em-movimento/>
- 20 de novembro 2020 ● Cartazes de prevenção e combate a COVID-19 > <https://cpiacre.org.br/publicacao-acervo/uso-correto-de-mascara/?portfolioCats=80%2C78%2C142%2C77%2C79%2C51%2C90>
<https://cpiacre.org.br/publicacao-acervo/como-se-proteger-do-coronavirus/?portfolioCats=80%2C78%2C142%2C77%2C79%2C51%2C90>
- 22 de dezembro 2020 ● Animação: Por que estamos perdendo a roça? <https://cpiacre.org.br/por-que-estamos-perdendo-a-roca/>
- 17 de fevereiro 2021 ● Devido às fortes chuvas, alagamentos atingem povos indígenas no Acre > <https://cpiacre.org.br/devido-as-fortes-chuvas-alagamentos-atingem-povos-indigenas-no-acre/>
- 19 de fevereiro 2021 ● Com roçados e SAFs alagados, enchentes no Acre põe em risco segurança alimentar dos povos indígenas e agrava crise sanitária > <https://cpiacre.org.br/com-rocados-e-safs-alagados-enchentes-no-acre-poe-em-risco-seguranca-alimentar-dos-povos-indigenas-e-agrava-crise-sanitaria/>
- 6 de março 2021 ● 8 dias debaixo d’água > https://www.instagram.com/p/CME9-knBXKy/?utm_medium=copy_link
- 22 de março 2021 ● Animação: “Nũ ãwihuhu” (Nós Mulheres) > <https://cpiacre.org.br/nu-awihuhu-nos-mulheres/>
- 22 de março 2021 ● Animação: Mulheres Indígenas: cuidando da floresta e do clima > <https://cpiacre.org.br/mulheres-indigenas-cuidando-da-floresta-e-do-clima/>
- 1 de abril 2021 ● #45 podcast Atenção, Txai! > <https://cpiacre.org.br/45-podcast-atencao-txai/>
- 7 de março 2021 ● PAPO DE ÍNDIO: AAFIs e professores fortalecem segurança alimentar indígena > <https://cpiacre.org.br/papo-de-indio-aafis-e-professores-fortalecem-seguranca-alimentar-indigena/>
- 20 de abril 2021 ● Lançamento do livro “Criação e Manejo de Aves nas Terras Indígenas do Acre” > <https://cpiacre.org.br/lancamento-do-livro-criacao-e-manejo-de-aves-nas-terras-indigenas-do-acre/>

- 30 de abril 2021 • #49 podcast Atenção, Txai! > <https://cpiacre.org.br/49-podcast-atencao-txai/>
- 14 de maio 2021 • PAPO DE ÍNDIO: Diálogos sobre a Gestão integrada no Alto Juruá > <https://cpiacre.org.br/papo-de-indio-dialogos-sobre-a-gestao-integrada-no-alto-juruá/>
- 20 de agosto 2021 • #64 podcast Atenção, Txai! > <https://cpiacre.org.br/64-podcast-atencao-txai/>
- 24 de agosto 2021 • Mais de 160 mil pessoas assinam carta ao STF contra marco temporal e pedindo proteção dos direitos indígenas > <https://cpiacre.org.br/mais-de-160-mil-pessoas-assinam-carta-ao-stf-contra-marco-temporal-e-pedindo-protecao-dos-direitos-indigenas/>
- 24 de setembro 2021 • #69 podcast Atenção, Txai! > <https://cpiacre.org.br/69-podcast-atencao-txai/>
- 27 de outubro 2021 • Oficina de proteção territorial e monitoramento comunitário: TI Kaxinawa do Rio Jordão e TI Kaxinawa do Baixo Rio Jordão > <https://cpiacre.org.br/oficina-de-protecao-territorial-e-monitoramento-comunitario-ti-kaxinawa-do-rio-jordao-e-ti-kaxinawa-do-baixo-rio-jordao/>

SAIU NA MÍDIA

2020

- 23-10 - Imprensa AC 24hs – Indígenas investem em segurança alimentar para reduzir impacto da covid-19 em aldeias. Link: <https://www.ac24horas.com/2020/10/24/indigenas-investem-em-seguranca-alimentar-para-reduzir-impacto-da-covid-19-em-aldeias/?fbclid=IwAR3xPe2LJ3ZxzV9FTO5jfLepMN7z87GHkNG0u3xW0fEs5ADKVIH2Mubzymo>
- 17-10 - BBC NEWS Londres - <https://www.bbc.com/news/av/world-latin-america-54965865>
- 20 de novembro • Divulgação dos cartazes “Como se proteger do coronavírus” e “Uso Correto de Máscara” nas línguas indígenas

2021

- 15-04 - <https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/noticias-da-floresta/2021/04/15/projeto-empodera-guardioes-da-amazonia-com-uso-de-tecnologia.htm>
- 15-04 - <https://brasil.mongabay.com/2021/04/projeto-empodera-guardioes-da-amazonia-com-uso-de-tecnologia/> e <https://ac24horas.com/2021/04/24/covid-19-e-escassez-da-caca-motivaram-livro-sobre-criacao-de-aves-em-aldeias/>
- 25-06 - <http://www.mpf.mp.br/ac/sala-de-imprensa/noticias-ac/mpf-recomenda-alteracoes-nas-aquisicoes-da-alimentacao-escolar-no-acre>
- 03-08 - <https://ac24horas.com/2021/08/03/organizacoes-indigenas-do-acre-cobram-posicionamento-de-parlamentares-contrario-ao-pl-490/>
- 03-08 - <https://jornalopiniao.net/em-carta-aberta-organizacoes-indigenas-do-acre-cobram-parlamentares-posicionamento-contrario-ao-pl-490/>
- 03-08 - <https://folhadoacre.com.br/2021/08/03/em-carta-aberta-organizacoes-indigenas-do-acre-cobram-parlamentares-posicionamento-contrario-ao-pl-490/>
- 03-08 - <https://www.juruiaemtempo.com.br/2021/08/organizacoes-indigenas-do-acre-publicam-carta-cobrando-posicionamento-dos-parlamentares-contrario-pl-490-2007/>

J) FOTOS DO PROJETO

Devem ser enviadas fotos digitais das atividades realizadas no âmbito do projeto. Adicionalmente, para cada foto digital, devem ser enviadas também as autorizações de uso de imagem e o termo de cessão de direitos autorais.

As fotos foram inseridas no sistema virtual de acompanhamento do BNDES. As autorizações de uso de imagem e os termos de cessão de direitos autorais estão sendo coletados para envio posterior, o mais breve possível.

K) DEPOIMENTOS SOBRE O PROJETO

Devem ser enviados depoimentos sobre os resultados e impactos do projeto, bem como sobre outros aspectos do projeto considerados relevantes, prestados por beneficiários, parceiros ou por membros da equipe responsável pelo projeto. Esses depoimentos (ou trechos) poderão vir a ser utilizados na divulgação do projeto e seus resultados.

O depoimento deve ser enviado com assinatura do seu autor e se possível acompanhado de sua fotografia em alta resolução. Adicionalmente, para cada depoimento e fotografia, devem ser enviados também autorização de uso de imagem e depoimento e termo de cessão de direitos autorais, conforme modelos disponíveis ao clicar nas imagens abaixo.

III Oficina de Práticas Produtivas, Resex Alto Tarauacá (fonte: relatório Josias Pereira Mana Kaxinawa)

“A avaliação os kits para todas as 13 famílias contempladas e eles receberam os materiais para trabalhar e disseram que consideravam essa atividade muito importante para a união e para dar continuidade e aumentar os SAFS cada vez mais. A nossa cozinheira foi ótima e a comida estava ótima. Gostaria de agradecer ao meu compadre Nego Brás, nossa liderança atual da comunidade ué representa seu povo com os moradores vizinhos. A luta continua e a Aliança dos Povos da floresta está de volta para manter a floresta em pé.”

Joel Vitor, morador da Resex Alto Tarauacá, e participante da oficina, foi um dos produtores que vendeu seus produtos para serem utilizados na alimentação dos participantes durante a oficina, ele deu seu depoimento sobre a oficina.

“Eu estou achando muito bom esse trabalho. O trabalho que estamos fazendo aqui é um trabalho pro futuro, para os nossos filhos e netos, é o futuro para as novas gerações, enquanto a gente tiver vida, a gente vai mantendo a assistência, a sobrevivência. A maior dificuldade que estamos encontrando na oficina é a falta da dormida para gente passar a noite e estar aqui no outro dia para a oficina, e o transporte. Também tem os outros alunos que não estão vindo, e a também a comunicação para as pessoas saberem o dia e o horário certo pra vim pra oficina. O que poderia melhorar era ter uma casa para as pessoas que vem distante possam ficar, ter a dormida e ficar todos os dias da oficina.”

O produtor Chagas Brás, liderança e morador da comunidade Boa Vista, também deu seu depoimento sobre a oficina.

“É um prazer eu estar aqui com vocês. Vou dizer qual a melhora que eu acho que esse trabalho traz. Esse trabalho sobre é alimentação para amanhã ou depois, vocês, os filhos de vocês, os netos, não vão sofrer fome com aí pra fora tem gente

que está morrendo de fome. Até porque hoje foi criado a lei, tempos atrás, para vocês terem o direito de ser donos da terra, as terras indígenas, e vocês terem os plantios, as mudas, para a alimentação, porque vai chegar a época que não vai ter que a pessoa se alimentar se não for disso, se não houver as providências.”

Reabertura de picada - aldeia Belo Monte, TI Kaxinawa do Rio Jordão

Rocildo fez um relato geral sobre essa atividade, as reflexões feitas durante a ação e as impressões daqueles que participaram:

Então é isso txai, durante a reabertura de picada, eles gostaram do trabalho e eu também gostei. E agora também eu já completei 37 anos de idade no dia 26 de março e também estou muito feliz e contente por trabalhar nessa reabertura de picada, né? E já com 37 já estou acompanhando esse trabalho, né? Primeiro os velhos, nossos pais e nossos avós que foi em 1984, então nessa época eu era uma criança e agora a gente está acompanhando e também conheci as lideranças, os professores, AAFI, né? Está vindo liderança, professor e eles estão gostando até as mulheres também estão gostando estão acompanhando a gente também, fazendo as merendas. Então nós não somos só para fazer isso, estamos segurando nossa terra, nosso território, né? Que primeiro foram nossos avós que já fizeram, né? E agora deixou com a gente e é nós que vamos segurar e batalhar pelo nosso território. A terra não cresce e a população cresce e é isso que nós estamos vendo, estamos demarcando a nossa terra para cuidar e daqui para lá acho que não vai acontecer mais isso de mato fechado então temos que cuidar também. Eu estou falando com todas as lideranças e todos trabalhadores e essa aqui é nós mesmo que já estamos fazendo e cada limite nós vamos cuidar. Tem que pensar no nosso futuro para nosso filho e para nosso neto, né? Então a gente já plantou também estava viva que já veio também, castanha, aquela semente que chegou também eu já levei e nós já fizemos plantio também. Então eu acho que é isso e é em cima disso que nós vamos monitorar o nosso território e a gente plantou para ver nossa floresta e não fazer aquilo que já foi feito então é isso. Então acho que é isso, todas as lideranças os velhos e as velhas eu estou perguntando e elas falaram para mim que nunca fizeram isso sempre falam e não cumprem e quando eu assumi esse trabalho diz que estão gostando que eu estou dirigindo, que eu estou fazendo que eu estou falando com todas as comunidades, com todas as lideranças, crianças, mulheres e homens que estão vendo isso e estão me falando disso que isso vai acontecer a realidade que a gente quer fazer o trabalho.”

Rocildo chama a atenção para o trabalho dos AAFIS e a importância do cumprimento daquilo que foi proposto no Plano de Gestão da TI.

“Eu estou falando para todos os velhos e velhas e eu quero mostrar minha categoria como é que a gente formou, então eu estou pensando nisso para mostrar para o povo e eles vão acreditar que eu estou trabalhando, né? Não sou eu que vou inventar esse tipo de trabalho, todo trabalho que eu quero fazer já tem no plano de gestão e a gente vai trabalhar em cima disso e todas as comunidades nós já fizemos reuniões e fizeram um acordo comigo para que possamos cumprir mesmo a realidade que a gente fez esses planos de trabalho”.

Reabertura de picada – aldeias Nova Revisão, Igarapé do Macedo, Pão Sagrado e Novo Segredo, TI Kaxinawa do Rio Jordão

O AAFI Adelino Macário da aldeia Igarapé do Macedo, falou sobre a importância desse tipo de atividade para a defesa dos direitos para os filhos e netos.

“Defender nossos direitos, dos nossos filhos e dos nossos netos e o nosso povo para viver dentro da nossa terra indígena. E fazer nosso trabalho para cuidar no nosso meio ambiente, junto com o nosso assessor Rocildo Barbosa está acompanhando esse Projeto, que é um projeto importante esse daí. Hoje estamos aqui realizando esse trabalho, com esse grupo, vamos limpando, organizando, plantando mudas, como abacate, manga, semente de castanha. Estamos aqui neste trabalho de reabertura de picada e demarcação da nossa terra indígena.”

Texto extraído do Relatório de Atividades 2020 - TIs Kaxinawa da Praia do Carapanã, Kaxinawa/Ashaninka do Rio Breu e Kampa do Igarapé Primavera, assessora Paula Romualdo.

Vocês podem ter a plena certeza de que vamos executar esse Projeto com todos, em parceria com AAFIs e junto com lideranças. Então vai ser um momento muito rico e oportuno. O Projeto que a CPI-Acre tem para ajudar as TIs na parte de criação, de produção, vigilância eu acho que esse é o melhor momento para apoiar as comunidades, trazendo autonomia, eu vejo que isso pra esse momento de pandemia ... que nem diz o ditado “não tem um mal que não traga um bem”. Onde as comunidades e as lideranças voltaram para suas aldeias, é onde está tendo bastante roçado, produção. Isso é uma coisa boa pra gente, é o momento de reorganização. De retomar o comando das lideranças e também de apoiar e fortalecer nessa questão da autonomia alimentar. Agradeço muito a CPI-Acre onde eu me

formei e me deu esse caminho e essa visão de ser líder, de pensar em todos e pensar de forma justa (AAFI José de Lima, junho de 2020, TI Kaxinawa da Praia do Carapanã).

Texto extraído do Relatório de Atividades 2021 - TIs Kaxinawa da Praia do Carapanã e Kampa do Igarapé Primavera, assessora Kelceane Moura.

É muito bom para mim poder contribuir com minhas palavras sobre o que foi trabalhado em duas Terras Indígenas na Praia do Carapanã e na Terra Indígena do Igarapé Primavera. O primeiro trabalho que foi realizado em uma assessoria indígena né? No momento é um sonho e um sentimento de admiração do povo, porque antigamente só ia os nawas para fazer a assessoria e a CPI-ACRE contratava o nawa para poder ir, e nessa primeira viagem de assessoria todo mundo ficou admirado, porque eu como indígena da minha terra nunca tinha feito esse trabalho, mas acompanhei vários trabalhos de assessoria e tinha pego muitas experiências antes de eu fazer esse trabalho de assessoria na Terra Indígena. Parte do meu trabalho foi acompanhar os AAFIS novatos e eu achei isso ótimo, porque eles não têm o curso de formação, tem pessoas que são muito novatas e que estão há pouco tempo nesse trabalho e nem participaram das oficinas. Então tem muita gente que participou dessa assessoria e me acompanhou, e eu levei muitas informações sobre as assessorias para dar essas recomendações, os recados para todas as aldeias e em todas as aldeias que eu passei eu deixei esses recados sobre os objetivos do plano que nós tínhamos em mãos. E eu dei informações sobre o Projeto Experiências Indígenas e que estávamos trabalhando em prol do fortalecimento da segurança alimentar, na produção de mudas e falamos sobre os materiais que foram entregues e recebidos. (AAFI Amiraldo Sereno, dezembro de 2021).

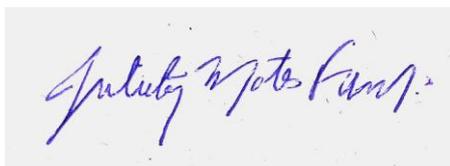
L) ASPECTOS AMBIENTAIS

Preencher a planilha “Aspectos Ambientais”, clicando no ícone de objeto incorporado abaixo, com os dados referentes às exigências contratuais de comprovação da regularidade ambiental das intervenções previstas no projeto.

Deverão, portanto, constar na planilha a descrição das atividades efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, bem como as informações referentes às respectivas manifestações do órgão ambiental competente autorizando a execução da atividade. No caso de emissão de declaração de inexigibilidade de licenciamento ambiental pelo órgão competente para algumas ou todas as atividades do projeto, deverão constar na planilha a descrição das atividades correlacionadas ao documento que declarou inexigível o seu licenciamento.

Não se aplica a nenhuma das atividades do Projeto até o momento.

Os representantes legais da declarante estão cientes de que a falsidade da declaração ora prestada acarretará a aplicação das sanções legais cabíveis, de natureza civil e penal.



Julieta Matos Freschi
Coordenadora técnica do Projeto *Experiências indígenas de gestão territorial e ambiental no Acre*
Comissão Pró Índio do Acre